

Lukács - vida e obra

Sumário

Introdução	pg.3
Cap I. As grandes linhas do debate ideológico	pg. 7
Cap II. A relação do homem com a natureza: o trabalho	pg.13
1- prévia ideação e objetivação	pg.14
Cap III Trabalho e sociedade	pg.19
1- objetivação e sociedade	pg.19
2- objetivação e conhecimento	pg.20
Cap IV O que é mesmo o machado?	pg.24
1- prévia ideação e causalidade	pg.25
Cap V Idealismo e Materialismo	pg.28
1- o idealismo	pg.29
2- o materialismo mecanicista	pg.30
3- o materialismo dialético	pg.32
Cap VI O «período de conseqüências»	pg.34
1- o conhecimento	pg.35
Cap VII A Reprodução Social	pg.39
1- a reprodução social	pg.40
2- o modo de produção asiático	pg.42
Cap VIII O Escravismo	pg.45
1- a crise do escravismo e origem do feudalismo	pg.47
Cap IX O feudalismo e a origem do capitalismo	pg.50
Cap X A reprodução social (conclusão)	pg.55
1- a sociedade é um complexo de complexos	pg.58
2- a reprodução dos indivíduos	pg.59
Cap XI Lukács e a crítica ao individualismo burguês	pg.61
1- a moral e a ética	pg.64
Cap XII A política e o Estado democrático	pg.66
1- a democracia burguesa e o Estado burguês	pg.69

Cap XIII Os fundamentos sociais da alienação	pg.74
1- a alienação	pg.76
Cap XIV Alienação e Capital	pg.79
1- a essência das alienações geradas pelo capital	pg.82
Cap XV A revolução: ato de emancipação humana	pg.89
Conclusão	pg.95
Conceitos mais importantes	pg.98
Bibliografia	pg.100

Georg Lukács - vida e obra

Introdução

É hoje admissível, de qualquer ponto de vista, que alguém viva do trabalho alheio? É hoje justificável a exploração do homem pelo homem?

Este é o dilema de cuja solução depende o futuro da humanidade e, por isso, esta é a questão central da filosofia dos nossos dias. Todas as correntes filosóficas, de algum modo, oferecem uma resposta a este dilema -- às vezes explicitamente, outras vezes de modo velado e sutil; às vezes com um discurso aberto, outras vezes pretendendo ignorar o tema. E a resposta que oferecem deve ser um dos elementos importantes na avaliação que fazemos de cada uma delas.

Isto não significa reduzir a filosofia à política. Quando as questões filosóficas recebem um encaminhamento político, tal como fez o stalinismo ou como fazem hoje as filosofias mais conservadoras, o resultado é sempre uma filosofia de baixo nível. As respostas alcançadas se perdem rapidamente na medida em que a conjuntura política se altera.

Se a política é uma forma de agir decisiva para a emancipação dos homens de toda exploração e miséria, não menos verdade é que ela é o exercício de poder de homens sobre outros homens e, por isso, numa sociedade emancipada, a política será superada por uma forma verdadeiramente humana de relacionamento entre os indivíduos. A «livre associação dos produtores associados» (Karl Marx) implica na superação de toda e qualquer forma de poder dos homens sobre os homens e, portanto, também da política. A filosofia, contudo, é uma reflexão sobre a história

e o destino humano que está para além deste limite da política e, por isso, toda e qualquer redução da filosofia à política leva a uma má filosofia e a uma não menos pior prática política.

Se isto é verdade, não menos correto é que as relações sociais se tornaram de tal forma desumanas, que toda filosofia exhibe uma dimensão política: querendo ou não, explicitamente ou não, intervém nas lutas sociais e, ao fazê-lo, assume uma posição à favor ou contra a luta dos explorados, a favor ou contra as classes dominantes. Não existem filosofias ingênuas, ou seja, filosofias que ignoram os dilemas históricos cruciais que a humanidade tem à frente.

O que faz de Georg Lukács (1885-1971) um filósofo importante no nosso século é que ele, ao longo da sua vida e obra, sempre teve esta perspectiva em mente. Sua obra filosófica é uma condenação radical da exploração do homem pelo homem, bem como uma profunda investigação acerca da necessidade e possibilidade da superação revolucionária do capitalismo. Comunista e marxista, foi um pensador apaixonado pela idéia de uma sociedade igualitária e emancipada.

O estudo da evolução do seu pensamento está ainda no seu início; não há nenhuma obra que dê conta do conjunto de sua produção teórica. Seus primeiros escritos foram influenciados por Kant e Hegel, filósofos burgueses da transição do século XVIII ao XIX. Sob o impacto da I Guerra Mundial (1914-18) e da Revolução Russa de 1917, redigiu as primeiras das suas obras marxistas, das quais a mais conhecida é *História e Consciência de Classe* (1923). Entre 1930 e 1950, realizou investigações com textos

inéditos de Karl Marx, entre eles os *Manuscritos de 1844*, combateu o stalinismo argumentando a importância de Hegel para o marxismo (*O Jovem Hegel*-1948), combateu o fascismo com sua investigação acerca de suas raízes filosóficas (*A Destruição da Razão*-1952), e redigiu inúmeros artigos, ensaios e livros sobre arte e literatura (*O realismo russo, Thomas Mann, Balzac e o realismo francês*, etc.). Entre a segunda metade dos anos cinquenta e o seu falecimento em 1971 redigiu as suas obras de maturidade, a *Estética* e a *Ontologia do Ser Social*.

Lukács foi um ativo participante das grandes lutas de seu tempo. Em 1918 foi Vice-comissário do Povo para a Cultura e a Educação na República Soviética da Hungria, um governo revolucionário que tomou o poder no país logo após a Revolução Russa de 1917. Com a vitória da contra-revolução poucos meses após, Lukács se tornou um dos dirigentes do Partido Comunista na ilegalidade e por isso foi condenado à morte. Foge e, no exílio, ainda enquanto dirigente do Partido Comunista da Hungria, tornou-se co-editor da revista teórica da III Internacional. Em 1929 liderou a principal facção, no interior PC húngaro, contrária à linha política stalinista que então se implantava. Redigiu as *Teses de Blum* (Blum era o codinome de Lukács na clandestinidade), a plataforma política desta facção. Derrotado politicamente, redigiu uma autocrítica para não ser expulso do movimento comunista e se afastou por quase três décadas das atividades de direção política. Em sua autobiografia, *Pensamento Vi vi do*¹, diria mais tarde sobre esta experiência: «Permita-me fazer uma confissão:

¹Cf. os estratos publicados na revista *Ensaio*, nº15/16, de 1986.

depois da redação das *Teses de Blum*, /.../ me dei conta de que não era um político, porque um político não teria escrito naquele momento *As Teses de Blum*, ou pelo menos não as publicaria.» Após a vitória de Hitler na Alemanha (1933) se exilou na URSS onde, em 1941, é preso pela polícia stalinista. Libertado logo após, retorna à Hungria com o fim da II Guerra Mundial (1945). Em 1956, após o XX Congresso do Partido Comunista da URSS², toma o poder uma facção do PC húngaro que buscava um afastamento da URSS. Lukács faz parte do novo governo até o momento em que este decide romper com a URSS e retirar a Hungria do Pacto de Varsóvia³. A intervenção militar soviética que se seguiu conduziu novamente Lukács à prisão política, desta vez na Romênia, de onde retornou cerca de um ano após. Desde então, até meados da década de 1960, é perseguido sistematicamente pelas autoridades húngaras, seus escritos são proibidos, seus alunos são perseguidos e suas aulas são censuradas.

É neste momento de sua vida que ele redigiu as suas obras mais significativas, às quais já nos referimos acima: a *Estética* e a *Ontologia do Ser Social*. Um pouco antes de falecer, sob o impacto da invasão da Checoslováquia pelas tropas soviéticas em 1968, escreveu de uma só tacada o opúsculo *Socialismo e Democratização*.

²Neste congresso, Krushev, buscando derrotar seus inimigos internos no PC da URSS, denuncia os crimes de Stalin, abrindo uma enorme crise no movimento comunista internacional. Na Europa Oriental, ocupada pelas tropas soviéticas desde o final da Segunda Guerra Mundial (1945), ocorreram inúmeras manifestações e levantes políticos contrários ao stalinismo e ao domínio soviético. O mais expressivo foi o da Hungria.

³O Pacto de Varsóvia era a aliança militar dos países do bloco soviético. Foi fundado como uma reação à criação da OTAN, a aliança militar dos países capitalistas e liderada pelos Estados Unidos.

Nesta apresentação do pensamento de Lukács, delinearemos os conceitos fundamentais das suas obras de maturidade. Ao final do volume o leitor encontrará indicações bibliográficas comentadas que poderão auxiliar aqueles que desejarem aprofundar este estudo.

Cap I - As grandes linhas do debate ideológico no nosso século

Devemos, ou não, manter a exploração do homem pelo homem nos dias atuais? Apenas duas respostas verdadeiramente radicais (no sentido de ir à raiz) são possíveis à esta questão.

A primeira resposta, conservadora, aponta que não é possível a superação da exploração do homem pelo homem porque ela corresponderia à verdadeira essência humana. Desde o irracionalismo do filósofo nazista alemão Martin Heidegger, passando por elaborações filosóficas muito mais civilizadas e sofisticadas, como a *Teoria do Agir Comunicativo* de J. Habermas, até tentativas grosseiras de deturpar o pensamento de Marx como faz hoje o *Marxismo Analítico*⁴, todas estas correntes, cada uma a seu modo, concebem a vida social como uma luta entre indivíduos que são essencialmente mesquinhos, egoístas, individualistas e possuídos pelo

⁴O *Marxismo Analítico* é uma corrente filosófica que surge nos países de língua inglesa a partir de uma leitura enviesada de Althusser feita por G. Cohen (*Karl Marx's Theory of History -- a defense*, Princeton University Press, USA, 1978). Seu representante mais conhecido no Brasil é John Elster (*Marx Hoje*. Paz e Terra, 1979 e *Making Sense of Marx*. Cambridge University Press, Cambridge, 1985), embora seu maior teórico possivelmente seja Roemer (*A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge, Massachusetts, 1982 e *Free to Lose: An Introduction to Marxist Economic Philosophy*. Cambridge, Massachusetts, 1988).

desejo de acumular propriedades privadas. Por isso, argumenta Heidegger, a luta é a dimensão autêntica da existência humana; pelo mesmo motivo, afirma Habermas, o capitalismo, a democracia burguesa e o mercado são as mediações insuperáveis da vida civilizada e, também pela mesma razão, afirmam os marxistas analíticos, não é possível nenhuma forma de sociedade que vá para além do capitalismo e do mercado. Todos eles, cada um à sua maneira, buscam conservar o capitalismo e consideram uma impossibilidade o socialismo e a sociedade emancipada comunista.

O argumento fundamental da maior parte das filosofias conservadoras não é nenhuma novidade: afirmam que há uma essência dos indivíduos humanos que os torna individualistas; e que esta essência, justamente por ser essência, não poderia ser alterada pela história. Para eles, a história nada mais seria que a afirmação, em diferentes momentos e sob formas distintas, desta mesma essência mesquinha dos homens. Por isso, segundo eles, o máximo que se pode almejar é desenvolver a melhor e mais civilizada forma de *luta* entre os indivíduos, não passando de um mero sonho a proposta de Marx de uma sociedade sem classes. Como poderia ser abolida a sociedade de classes, perguntam eles, se os homens são essencialmente possuídos pelo espírito da propriedade privada, se são individualistas, mesquinhos e egoístas?

Em suma, a resposta conservadora à nossa questão (devemos hoje manter a exploração do homem pelo homem?), afirma que há uma essência humana que faz dos homens seres necessariamente individualistas. Esta essência não poderia ser alterada pela história, o que impossibilitaria a superação da forma da sociedade atual por uma outra verdadeiramente

emancipada, por uma sociedade sem classes e sem opressão. Como os homens são essencialmente individualistas, argumentam os conservadores, a melhor sociedade possível seria a burguesa.

A segunda resposta radical à nossa pergunta é a dos revolucionários. Afirmam que não apenas é possível, com também é necessário, que a humanidade se emancipe da exploração e da opressão. A evolução da sociedade contemporânea não nos conduzirá à formas cada vez mais civilizadas de opressão, como desejam os conservadores, mas sim a uma barbárie crescente. E a única forma de evitar esta barbárie é superar as desumanidades da sociedade capitalista. Para escapar à crescente barbárie, afirmam os revolucionários - Lukács entre eles - não há outra alternativa senão a emancipação humana da opressão dos homens pelos homens.

Obviamente, há neste debate uma dimensão imediatamente política, e nem poderia ser de outro modo, acerca da necessidade e da viabilidade da revolução socialista. Contudo, sem desconsiderar a importância deste debate político, aqui o que nos interessa é o seu fundamento filosófico, pois foi nesse terreno que Lukács nos deu contribuições decisivas. Para o nosso filósofo, o homem não seria essencialmente ruim, mesquinho, egoísta, dominado pelo espírito da propriedade privada; não haveria uma essência humana independente da história: os homens são o que eles se fazem a cada momento histórico. A reprodução da sociedade burguesa produz individualidades essencialmente burguesas. Contudo, reconhecer este fato não significa elevar a essência ,mesquinha do homem burguês à essência de

toda a humanidade por toda a história. Demonstra Lukács que, tal como a humanidade se fez burguesa, ela também pode se fazer emancipada. Por isso, dizem os revolucionários, Lukács entre eles, se os homens assim o decidirem, a superação da sociedade capitalista e da opressão se tornará um fato tão característico da essência humana quanto o individualismo burguês o é hoje.

A posição dos revolucionários é sempre minoritária. Quando ela for majoritária, a revolução já terá ocorrido. A revolução é, também, o ato social pelo qual as concepções anteriormente minoritárias se transformam na concepção de mundo predominante na sociedade. Não queremos com isso negar que a revolução seja um processo de luta de classes. Mas, sem ideologias, as classes não podem se lançar à luta e é nesse sentido que a revolução é, também (mas jamais *apenas*), o processo pelo qual as idéias antes minoritárias se tornam dominantes na nova sociedade.

Não nos deve surpreender, portanto, que a concepção revolucionária segundo a qual os homens são os demiurgos⁵ do seu próprio destino, soe estranha aos ouvidos de muitas pessoas. Submetidos à uma vida de miséria e privação, à opressão cotidiana, à competição desenfreada por «um lugar ao sol», todos nós convivemos com a sensação de estarmos submetidos a um

⁵A palavra «demiurgo» tem uma longa tradição na filosofia, já estando presente em Platão, na Grécia antiga. Ela significa algo próximo à junção de um arquiteto, que planeja a obra, e de um operário, que a constrói, que possuíssem poderes infinitos para fazer tudo o que quisessem. Seria um super-artesão, onipotente, capaz de configurar o futuro ao seu bel-prazer. Afirmar serem os homens os demiurgos da sua história equivale a dizer que os limites decisivos à evolução humana são aqueles impostos pelos homens a si próprios através das relações sociais que estabelecem entre si.

destino, à uma força, que não controlamos e sequer conhecemos. Esta vida cotidiana desumana (ou seja não-humana) faz com que os homens percam a consciência de que são eles que fazem a história. E, por isso, o que deveria ser uma evidência, se transforma num grave problema filosófico, que deve ser explorado em profundidade para que as respostas alcançadas possam servir de fundamento para uma praxis⁶ emancipadora.

Este problema filosófico pode ser resumido, muito introdutoriamente, por esta pergunta: se os homens são os demiurgos de sua própria história, por que eles construíram um mundo tão desumano? Se a história é feita pelos homens, por que eles não têm sido capazes de construírem uma sociedade verdadeiramente humana? Se os homens constroem a si próprios, por que são tão desumanos não apenas com os outros, mas também com aqueles que amam e mesmo consigo próprios? Se não há uma essência humana que imponha um destino à humanidade, como querem os conservadores, de onde vem esta força que freqüentemente empurra as nossas vidas para onde não desejamos, por vezes transformando nossos mais belos sonhos em pesadelos?

Georg Lukács, entre todos os pensadores revolucionários do século XX, foi o que conseguiu desenvolver a resposta revolucionária melhor elaborada e mais acaba a estas questões, e nisto reside a sua importância. Segundo ele, estas respostas só podem ser obtidas através de uma investigação acerca do quê os homens efetivamente são e do porquê não são eles outra coisa. Ainda segundo ele, é em Karl Marx e Friedrich

⁶*Praxis* é um vocábulo grego para definir a prática consciente, ou seja, uma prática que seja esclarecida por uma concepção teórica adequada aos seus propósitos.

Engels que encontramos as indicações decisivas para levar a cabo uma tal investigação. O estudo do ser é denominado ontologia, e o estudo do ser dos homens, ontologia do ser social. Vamos agora ver como Lukács respondeu a este complexo problema filosófico.

Resumo do capítulo:

I) Há duas formas radicais de pensar a sociedade:

1. a forma conservadora: o homem é essencialmente burguês, pois é sempre dominado pelo espírito da acumulação privada de riqueza. A história nada mais seria que a afirmação deste individualismo em diferentes situações. Por isso o socialismo e a sociedade emancipada comunista seria uma impossibilidade completa.

2. a forma revolucionária: os homens são individualistas porque a sociedade burguesa os faz assim, e não porque sejam bons ou ruins por essência. Como os homens construíram o capitalismo e o individualismo burguês, podem também superá-los e construir uma sociedade emancipada da opressão: os homens são os construtores (demiurgos) do seu próprio destino.

II) A importância de Lukács está em ter demonstrado como e porque os homens são os demiurgos do seu destino. Fez isto através do desenvolvimento, a partir de Karl Marx e Friedrich Engels, de uma ontologia do ser social.

Cap II - A relação do homem com a natureza: o trabalho

Lukács retirou de Marx a concepção segundo a qual, para que os homens possam existir, eles devem constantemente transformar a natureza. A natureza é a base ineliminável do mundo dos homens, e sem a sua constante transformação a reprodução da sociedade não seria possível.

Esta dependência da sociedade para com a natureza, contudo, não significa que o mundo dos homens esteja submetido às mesmas leis e processos do mundo natural. Sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade; mas também é evidente que a história dos homens é muito mais que a sua reprodução biológica. A luta de classes, ou mesmo a confecção de uma obra de arte, os sentimentos humanos, são alguns exemplos que demonstram que a vida social é determinada por outros fatores que não são biológicos, mas sociais.

Esta simultânea articulação e diferença do mundo dos homens com a natureza tem por fundamento, segundo Lukács (segundo de perto as considerações de Marx a respeito), o trabalho. Por meio do trabalho os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, como também se constroem enquanto indivíduos. Por meio do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais.

Argumenta Lukács que, por trabalho, ele entende um tipo de atividade muito diferente daquela que podemos encontrar entre as abelhas ou formigas. Nestas, a organização das atividades e sua execução é determinada geneticamente e por isso ela não serve de fundamento para o

desenvolvimento futuro destes insetos. Por séculos as abelhas e as formigas produzirão, exatamente da mesma forma, o que já produzem hoje.

Entre os homens, a transformação da natureza é um processo muito diferente das ações das abelhas e formigas. Em primeiro lugar, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência *antes* de serem construídos na prática. É esta capacidade de idealizar (isto é, construir na idéia) antes de objetivar (isto é, construir objetivamente) que, para Marx e Lukács, funda a diferenciação do homem com a natureza, funda a evolução humana. Vejamos porque.

1- prévia ideação e objetivação

Vamos imaginar que alguém tenha a necessidade de quebrar um coco. Para atingir este objetivo, há várias alternativas possíveis: pode jogar o coco ao chão, pode construir um machado, pode abrir o coco com os dentes, pode queimar a casca do coco e assim por diante. Para escolher entre as alternativas deve-se imaginar o resultado de cada uma - ou, em outras palavras, deve-se antecipar na consciência o resultado provável das alternativas.

Esta antecipação na consciência do resultado provável de cada alternativa possibilita às pessoas escolherem aquela que avaliam como a melhor. Escolha feita, o indivíduo leva-a à prática - ou seja, objetiva a alternativa.

Vamos imaginar que a alternativa escolhida para quebrar o coco seja a de construir um machado. Ao construí-lo, o indivíduo transformou a natureza: o machado era algo que não existia antes. Segundo Lukács, isto

é da maior importância: toda objetivação é uma transformação da realidade.

Este é o modo de agir cotidiano que todos conhecemos. Vejamos o que de fato ocorreu:

1) há uma necessidade: quebrar o coco;

2) há diversas alternativas possíveis para atender à esta necessidade (jogar o coco ao chão, construir o machado, etc.);

3) o indivíduo projeta, em sua consciência, o resultado de cada uma das alternativas, as avalia e escolhe aquela que julga mais conveniente para atender à necessidade;

4) uma vez projetado na consciência, ou seja, uma vez previamente idealizado o resultado almejado, o indivíduo age objetivamente, transforma a natureza e constrói algo *NOVO*. Este movimento de transformar a natureza a partir de uma prévia ideação é denominado por Lukács de *objetivação*.

O resultado do processo de objetivação é, sempre, alguma transformação da realidade. Toda objetivação produz uma *nova situação*, pois tanto a realidade já não é mais a mesma (em alguma coisa ela foi transformada), como também o indivíduo já não é mais o mesmo, pois ele aprendeu algo ao fazer aquele machado. Tanto é assim, que quando ele for fazer o próximo machado, ele saberá utilizar a experiência e a habilidade adquiridas na construção do machado anterior. Ele poderá, também, incorporar ao novo machado a experiência de uso do machado antigo (por exemplo, um cabo desta madeira é pior do que daquela outra, esta pedra é melhor que aquela outra, etc.).

Isto significa, segundo Lukács, que, ao construir o mundo objetivo, o indivíduo também se constrói. Ao transformar a natureza, os homens também se transformam -- pois adquirem sempre *NOVOS* conhecimentos e habilidades. Esta nova situação (objetiva e subjetiva, bem entendido) faz com que surjam novas necessidades (um machado diferente, por exemplo) e novas possibilidades para atendê-las (o indivíduo possui conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente e, além disso, possui um machado para auxiliá-lo na construção do próximo machado).

Estas novas necessidades e novas possibilidades impulsionam o indivíduo à novas prévias ideações, a novos projetos e, em seguida, a novas objetivações. Estas, por sua vez, darão origem a novas situações que farão surgir novas necessidades e possibilidades de objetivação, e assim por diante.

Segundo Lukács, três aspectos deste complexo processo são decisivos para a compreensão do ser social:

1) O machado é um objeto construído pelo homem e apenas poderia existir através da objetivação de uma prévia ideação. Sem que um indivíduo objetive um projeto ideal (isto é, da consciência) não há machado possível. A natureza pode produzir milho, mas não pode construir machados.

Contudo, o machado é uma transformação de um pedaço da natureza. A madeira e a pedra do machado continuam sendo um pedaço da natureza. Se desmanchamos o machado, a pedra e a madeira continuam pedra e madeira. O machado é a pedra e a madeira organizadas segundo uma determinada forma -

- e esta forma só pode existir como resultado de uma ação conscientemente orientada. Isto é, de uma ação que é orientada por um projeto previamente idealizado como resposta à uma necessidade concreta. A objetivação, portanto, não significa o desaparecimento da natureza, mas na sua transformação no sentido desejado pelos homens.

2) A prévia ideação é sempre uma resposta, entre outras possíveis, à uma necessidade concreta. Portanto, ela possui um fundamento material último que não pode ser ignorado: nenhuma prévia ideação brota do nada, ela é sempre uma resposta à uma dada necessidade que surge em uma situação determinada.

3) Como toda objetivação origina uma *nova situação*, a história jamais se repete.

Iniciamos este capítulo tendando esclarecer porque, para Lukács, o trabalho é o fundamento do ser social. Até agora obtivemos uma resposta apenas parcial a esta pergunta: através do trabalho, o homem, ao transformar a natureza, também se transforma. Quando os homens constroem a realidade objetiva, eles também se constroem enquanto indivíduos e enquanto subjetividades.

Contudo, este exemplo que estamos analisando (um indivíduo que precisa quebrar um coco, e para isso faz um machado) tem uma séria limitação: ele trata do indivíduo e da sua ação como se a sociedade não existisse. Isto é um grave problema porque como, veremos a seguir, não há indivíduo sem sociedade. Por isso, para respondermos a pergunta por inteiro, analisarmos no próximo capítulo a relação entre os atos dos

indivíduos e a sociedade.

Resumo do capítulo:

I) Para existirem os homens devem necessariamente transformar a natureza: este ato de transformação é o trabalho.

1) o trabalho é o processo através do qual uma necessidade é respondida através de uma prévia ideação (um projeto ideal), e esta prévia ideação é objetivada em um produto material. Da prévia ideação à sua objetivação: isto é o trabalho.

II) Ao transformar a realidade o indivíduo também transforma a si próprio e à sociedade:

1) todo ato de trabalho produz uma *NOVA* situação, na qual novas necessidades e novas possibilidades irão surgir;

2) todo ato de trabalho modifica também o indivíduo, pois este adquire *NOVOS* conhecimentos e habilidades que não possuía antes, bem como novas ferramentas que também antes não possuía;

3) todo ato de trabalho, portanto, dá origem a uma *NOVA* situação, tanto objetiva quanto subjetiva. Esta nova situação possibilitará aos indivíduos *NOVAS* prévias ideações, novos projetos e, deste modo, novos atos de trabalho, os quais, modificando a realidade darão origem a *NOVAS* situações, e assim por diante.

Cap III - O trabalho e a sociedade

Iniciamos o capítulo anterior com o exemplo de um indivíduo que deseja quebrar um coco e que, para isso, decide construir um machado. Isto nos permitiu estudar a relação entre a prévia-ideação e a sua objetivação. Contudo, este exemplo, segundo Lukács, é rigorosamente impossível de ocorrer na prática, pois não há indivíduos fora de sociedade. O personagem da nossa história só poderia existir como parte de uma sociedade, e a sua necessidade de quebrar o coco, bem como o seu ato de construir o machado, influenciam e recebem influências da sociedade na qual vive. Para que nosso exemplo torne-se mais real, devemos estudar a complexa relação que existe entre os atos individuais e a vida social.

1- objetivação e sociedade

Já vimos como a construção do machado, ao modificar a realidade, também, modifica o indivíduo, dotando-o de novos conhecimentos e habilidades.

Contudo, na vida real, as coisas são um pouco mais complicadas.

O machado, embora construído por um indivíduo, é também resultado da evolução anterior da sociedade. Apenas uma sociedade que já se desenvolveu um pouco, saindo do seu estágio mais primitivo, pode construir um machado. Sem esta evolução anterior, o machado não existiria.

Por outro lado, a descoberta do machado é decisiva para a história humana: é uma ferramenta que aumenta muito a capacidade produtiva da sociedade e abre novas possibilidades para o seu desenvolvimento.

Veja bem: a construção do machado é possível graças à evolução anterior e, além disso, possui conseqüências futuras. Ao ser objetivado, o machado passa a fazer parte da história dos homens, passa a influenciar e a sofrer influências dessa história -- deixa de ser um simples objeto para se tornar parte de um desenvolvimento muito mais geral, e que vai para muito além dele próprio, que é a história humana.

Em outras palavras, a nova situação criada pela objetivação do machado possui uma dimensão social, coletiva. Não apenas o indivíduo se encontra em uma nova situação, mas toda a sociedade se encontra frente a um novo objeto, o qual abre novas possibilidades para seu desenvolvimento. Não apenas o indivíduo, mas também a sociedade, evoluiu.

O objeto construído pelo trabalho do indivíduo possui, portanto, sempre segundo Lukács, uma ineliminável dimensão social: ele tem por base a história passada faz parte da vida da sociedade como um todo, ele faz parte da história dos homens de um modo em geral.

Mantenha esta concepção em mente, pois ela será importante para a conclusão deste capítulo.

2- objetivação e conhecimento

Já nos referimos ao fato de que, ao construir o machado, o indivíduo também se transforma, pois ele adquire novas habilidade e novos conhecimentos. O que agora nos interessa é o que ocorre com este conhecimento novo adquirido ao longo de cada objetivação.

Por um lado, este conhecimento é generalizado, de modo a se transformar em um conhecimento útil tanto para a construção de novos

machados, como também em situações muito distintas. Por exemplo, à medida em que o indivíduo constrói machados, ele aprende qual é melhor tipo de pedra. Isto lhe permite distinguir as pedras duras das menos resistentes, as pesadas das mais leves, etc. O que lhe possibilita, também, conhecer outras características das pedras, por exemplo, as pedras vermelhas têm esta qualidade e aquele defeito para se fazer machados, as pedras negras têm outras qualidades e defeitos e assim por diante. Do conhecimento imediatamente útil para a produção do machado, se evolui para um conhecimento da natureza das pedras em geral e, deste modo, para um conhecimento da natureza como um todo. O mesmo ocorre com todos os objetos com os quais os homens entram em contato: de um conhecimento singular e imediato se evolui a um conhecimento cada vez mais abrangente, genérico.

Este fato não deve ser subestimado: ele pode abrir possibilidades inesperadas ao desenvolvimento social. O conhecimento das pedras adquirido ao se fazer machados pode, por exemplo, ser decisivo para uma tribo descobrir que determinadas pedras, uma vez colocadas no fogo, podem derreter e soltar metais como o cobre e o ferro.

Este é um dos níveis de generalização do conhecimento que estamos estudando: um conhecimento de um caso singular (construção de um machado) se transforma em um conhecimento genérico que pode ser útil em circunstâncias as mais diversas.

Mas há, também, um outro processo de generalização que envolve o conhecimento: os conhecimentos adquiridos por um indivíduo tendem a se tornar patrimônio comum à toda a sociedade. Em mais ou menos tempo,

dependendo do caso, os novos conhecimentos se generalizam a todos indivíduos. O que era do conhecimento de apenas um indivíduo torna-se conhecimento de toda a humanidade.

Portanto, segundo Lukács, todo ato humano possui uma ineliminável dimensão genérica, coletiva. Em primeiro lugar, porque o novo ato é também o resultado da história passada, é expressão do desenvolvimento anterior de toda a sociedade. Em segundo lugar, porque o novo objeto promove alterações na situação histórica concreta em que vive toda a sociedade; esta agora possui novas possibilidades e necessidades. O novo objeto participa do desenvolvimento histórico futuro. Em terceiro lugar, os novos conhecimentos adquiridos se generalizam em duas dimensões: tornam-se conhecimentos universais aplicáveis às situações as mais diversas e tornam-se patrimônio genérico de toda a humanidade, à medida em que todos os indivíduos passam a compartilhar do mesmo.

Por todas estas razões argumenta Lukács que toda e qualquer ação dos indivíduos têm uma dimensão social. Suas conseqüências influenciam não apenas a vida do indivíduo, mas também toda a sociedade.

Esta articulação entre os atos dos indivíduos e a vida social, coletiva, é para Lukács da maior importância. Entre outras coisas, porque permite compreender porque o individualismo burguês não é a essência insuperável do homem: a vida de todo indivíduo, quer ele reconheça ou não, possui uma insuperável dimensão genérica, coletiva. Mas a isto voltaremos mais adiante, no Capítulo X.

Podemos, agora, responder à nossa pergunta do capítulo anterior. O trabalho é o fundamento do ser social porque ele possibilita que, ao transformarem a natureza, os homens também se transformem. E esta transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (e contraditório, como veremos). É este processo de acumulação de novas situações e de novos conhecimentos -- o que significa, de novas possibilidades de desenvolvimento futuro -- que faz com que o movimento do ser social seja ontologicamente (isto é, no plano do ser) distinto da natureza.

Resumo do capítulo:

I) Todo ato humano tem por base a evolução passada da sociedade, a situação presente concreta em que se encontra o indivíduo e suas aspirações e seus desejos para o futuro. Não há ato humano fora da história, fora da sociedade.

II) A objetivação resulta, sempre, em três níveis de generalização:

1) O nível objetivo: o objeto produzido passa a ser influenciado e a influenciar toda a sociedade. Sua história adquire, assim, uma dimensão genérica: é agora parte da história humana.

2) O nível subjetivo, que se subdivide em dois sub-níveis:

2a) um conhecimento de um caso singular (como fazer *este* machado) se eleva a um conhecimento acerca da realidade em geral. Este conhecimento genérico da realidade pode ser aplicado em circunstâncias muito distintas daquelas em que se originou.

2b) o conhecimento de um indivíduo se difunde por toda a sociedade, tornando-se patrimônio da humanidade.

III) O trabalho é o fundamento do ser social porque é ele que possibilita aos homens se construírem, enquanto indivíduos e enquanto sociedade, à medida em que transformam a natureza para produzir o que precisam para se reproduzirem.

Cap IV - O que é, mesmo, um machado?

Vimos que, segundo Lukács, o machado, é a madeira e a pedra organizadas em forma de machado. Na origem desta forma está o trabalho.

O trabalho converte uma idéia, que apenas existe na consciência, em um objeto. Em outras palavras, o machado é uma síntese⁷ entre o mundo natural (a pedra e a madeira), que existe independente da consciência, e a idéia de machado. Esta síntese é fundada pelo trabalho: ela depende da ação de, ao menos, um indivíduo. Sem esta síntese, o machado não existiria. Em linguagem filosófica, dizemos que o machado é a unidade sintética da prévia ideação do machado com a madeira e a pedra.

1- prévia ideação e causalidade

Por que a *idéia* de machado é diferente do *objeto* machado? A idéia

⁷Síntese é um conceito filosófico que adquiriu enorme importância com Hegel (1770-1831) e, depois, com Karl Marx. Ele significa que coisas distintas (no nosso caso, a idéia de machado e a madeira e a pedra) se articulam dando origem a uma terceira, qualitativamente distinta das anteriores (o machado, no nosso exemplo).

depende absolutamente da consciência para existir; o machado, uma vez produzido, não.

Sem a consciência por suporte, a idéia não pode existir. Com o machado acontece algo muito diferente. A consciência que o projetou, o indivíduo (e mesmo a sociedade) que o criou, podem desaparecer e ele continuar existindo. Quantos objetos de civilizações passadas subsistiram aos seus criadores? Claro que quem construiu o machado pode também destruí-lo. Mas este fato não significa que o machado não possua uma sua história, uma evolução própria, que pode mesmo se estender no tempo muito depois de seus criadores já terem morrido. Isto acontece porque o machado é distinto da idéia, da consciência.

Claro que o machado, uma vez objetivado, continua a sofrer transformações. A madeira e a pedra, por serem pedaços de natureza, continuam naturalmente a se alterar. A madeira vai secando, apodrecendo, etc. A pedra vai se oxidando, rachando, reagindo com os componentes do ambiente em que se encontra, etc. Os processos naturais continuam a agir sobre o machado, e esta ação é um componente importante de sua história.

Mas, ao lado destas transformações naturais, o machado também passa por transformações provocadas pelos humanos. O seu uso pelas pessoas pode submetê-lo a um tipo de desgaste que ele não sofreria na natureza. Ou, também, o seu uso pode protegê-lo de desgastes que sofreria em seu estado natural: ele pode ser guardado das chuvas, do sol, etc..

Em suma, sendo o machado a unidade sintética entre a prévia ideação e a natureza, sua evolução é determinada tanto pelos processos naturais quanto pelo seu uso pelos homens.

Assinala Lukács que a evolução do machado - ou, mais precisamente, a história do machado -- não pode jamais ser controlada de forma absoluta pelo seu criador. Por mais que o indivíduo cuide da sua ferramenta, ela pode evoluir num sentido diferente -- às vezes mesmo oposto -- àquele desejado. O machado pode quebrar no momento que ele seria mais necessário; ou então, pode levar a descobertas de novas possibilidades para a evolução social que seu criador jamais poderia suspeitar.

Quantas vezes nós nos deparamos, nas nossas vidas, com conseqüências de nossas ações que a jamais imaginamos possíveis? Estas conseqüências podem ser boas ou ruins, aqui não importa. O que nos importa é que toda ação humana produz resultados que possuem uma história própria, que evoluem em direções e sentidos que não podem jamais serem completamente previstos, que produzem conseqüências inesperadas.

Esta independência da realidade frente à consciência -- mesmo daquela porção da realidade produzida pelos homens -- existe porque todos os nossos atos constroem objetos que são distintos de nós e de nossas consciências. Enquanto partes da realidade, estes objetos possuem uma evolução própria porque neles atuam causas, a eles inerentes, e que impulsionam seu desenvolvimento. No caso do machado, estas causas são causas naturais (o apodrecimento da madeira, o envelhecimento da pedra) somadas a causas sociais (a forma como o machado é utilizado, etc.). Outras vezes, como quando se trata das lutas de classe, as causas são exclusivamente sociais.

Em outras palavras, a idéia que é objetivada, se transforma em objeto, se converte em parte da realidade realidade, e passa a sofrer

influências e a influenciar a evolução desta mesma realidade da qual é parte. Ao fazê-lo, é submetido à uma relação de causas e efeitos que impulsiona a sua evolução com total autonomia frente à consciência que o idealizou.

Há, assim, a esfera subjetiva, a consciência e, de outro lado, o mundo material. Este último evolui movido segundo causas que lhe são próprias -- e esta esfera puramente causal Lukács denomina de *causalidade*. Ou seja, a causalidade possui um princípio próprio de movimento. Sua evolução acontece na absoluta ausência de consciência -- ainda que a consciência possa, através do trabalho, interferir em sua evolução. Quantas vezes, por exemplo, a intervenção humana não destruiu uma parte da natureza. Mas isto não significa que a existência da natureza dependa da consciência: a rigor, a natureza é mesmo anterior à consciência.

O machado, ao ser transformado de idéia em matéria, foi introduzido numa cadeia de causas e efeitos (a causalidade) que passa então a influenciar a sua história *mesmo que disto os homens não tenham consciência, ou tenham uma consciência apenas parcial*. Em outras palavras, idéia e causalidade, consciência e objetos produzidos pelo trabalho, são ontologicamente distintos e, por isso, os produtos resultantes do trabalho humano têm conseqüências inesperadas para a história.

Resumo do Capítulo:

I) Idéia e Matéria são qualitativamente distintas. Jamais uma será

a outra. A idéia, ao se objetivar em um produto, deixa de ser idéia e se converte em matéria. A matéria, ao ser pensada pela consciência, é representada por idéias.

II) A matéria se distingue da consciência por possuir em si própria suas causas, seus princípios de movimento, de evolução. Por isso, Lukács a denomina *causalidade* para diferenciá-la da *prévia ideação*.

III) Os objetos criados pelo trabalho se originam da objetivação de prévias ideações. Contudo, ao se objetivarem, se inserem na cadeia de causas que rege o setor da realidade ao qual pertencem, e sua evolução passa a ser determinada por estas causas. Do mesmo modo, a sua ação sobre a evolução da realidade, seja ela social ou natural, se dará de modo puramente causal. Nesta esfera, a consciência humana não exerce qualquer papel.

Cap V - Idealismo e Materialismo

Antes de continuarmos a exposição do pensamento de Lukács, devemos nos voltar um pouco à história para esclarecermos os conceitos de idealismo e de materialismo.

No dia a dia, por idealista denominamos uma pessoa abnegada, que colocou sua vida a serviço de um ideal. Por materialista chamamos o individualista burguês típico, aquele muquirana que só quer saber de dinheiro, para quem a riqueza é tudo.

Contudo, em filosofia estes termos possuem um significado muito

distinto. Eles denominam duas das mais fortes tendências filosóficas ao longo da história humana. Tanto a filosofia idealista como a materialista surgiram já na Grécia Antiga, dois mil anos antes de Cristo. E elas evoluíram muito até hoje.

O que as distingue enquanto correntes filosóficas é, em larga medida, a forma como o idealismo e o materialismo concebem a causalidade.

1- O idealismo

Para o idealismo, a causalidade é pura idéia. Argumentam seus pensadores que o machado apenas existe enquanto *algo que é produzido* pela consciência. Se a consciência não produzir o machado, ele não existirá. Ao considerar o machado, o idealismo desvaloriza o aspecto material da síntese entre prévia ideação e causalidade que está na sua origem. A construção do machado deixa de ser a transformação do real e se reduz ao mero movimento da idéia de machado. A consciência seria, deste modo, a fonte de toda realidade, o fundamento de toda causalidade.

Por isso, para o idealismo, a história humana é um movimento de idéias, não passa de idéias em movimento, desconsiderando por completo a independência da causalidade frente à consciência.

Esta concepção possui importantes conseqüências na análise da história humana. Se o mundo dos homens é apenas a realização de idéias, o papel dos grandes heróis tende a ser exagerado. Pois, como são sempre indivíduos que têm idéias, são estes indivíduos geniais que fazem a história. Os heróis individuais passam a ser os demiurgos da história, desprezando-se o papel das classes sociais e do gênero humano.

A segunda consequência é que os idealistas reduzem a luta de classe à mera luta de idéias. Desconsideram eles que as idéias só possuem força social quando são adotadas como corretas por indivíduos que agem para transformar, ou para manter (se forem conservadores), a sociedade. A força material das idéias vem do fato de elas serem elevadas à prévias ideações de atos humanos --- e, portanto, sem o agir dos homens, as idéias não possuem força alguma.

2- O materialismo mecanicista

Ainda que possamos encontrar na Grécia Antiga e na Idade Média alguns pensadores materialistas, eles foram tão poucos, e seu pensamento tão débil, que poucas marcas deixaram na história da filosofia. Os primeiros materialistas importantes surgiram no século XVIII, um pouco antes da Revolução Francesa (1789-1815). Eles tentaram explicar tudo, inclusive as idéias, pelo movimento do mundo material. Coube a eles a importante descoberta que o cérebro não passa de matéria organizada de modo muito complexo, e que esta matéria é a base biológica indispensável às idéias.

Contudo, eles tentaram o absurdo de derivar a idéia diretamente da própria matéria. Ainda hoje em dia, principalmente nos Estados Unidos, algumas universidades gastam milhões tentando demonstrar a hipótese que o pensamento humano nada mais é que uma reação química.

Hoje a ciência ainda não demonstrou como exatamente o cérebro funciona. O que sabemos, até agora, é que impulsos elétricos carregam o

pensamento pelo cérebro. Contudo, por que algumas pessoas são revolucionárias e outras conservadoras? Por que algumas pessoas aceitam a exploração do homem pelo homem, enquanto outras a combatem? Para os materialistas mecanicistas, a resposta a esta questão tem que ser buscada não nas lutas sociais, na história, ou nos interesses de classe, mas sim nas reações químicas que ocorrem no cérebro. Como desprezam a luta de classes na história humana, na enorme maioria das vezes são muito conservadores.

Estes materialistas mecanicistas, portanto, tendem a reduzir o mundo dos homens ao seu aspecto apenas material, desprezando o fato de que sem o projeto ideal (para continuar com nosso exemplo) o machado não poderia ter sido produzido. Ou então, desprezando o fato de que, sem idéias revolucionárias, que surgem das necessidades concretas da vida, não há ação revolucionária possível -- pois não há ato humano que não seja orientado por uma prévia ideação, como já vimos.

Apesar de ser tão conservadora, esta concepção materialista mecanicista teve enorme influência na evolução do marxismo. Na passagem do século XIX ao XX, e mesmo neste século, uma parcela muito importante dos revolucionários dela se aproximou. Diziam eles que a revolução socialista seria uma decorrência inevitável do desenvolvimento material da sociedade. Segundo eles, com a evolução do capitalismo a miséria iria se tornar tão grande, que seria inevitável que as massas exploradas fizessem a revolução. Eles desprezaram o papel das idéias na história, a importância da luta ideológica para que os explorados percebessem que

poderiam e deveriam fazer a revolução. Ao desprezarem a luta ideológica, deixaram o campo aberto para que os conservadores convencessem os trabalhadores que é melhor ser explorado pelo capitalismo que se libertar pela revolução.

Este marxismo que despreza a importância das idéias, da luta ideológica, da prévia ideação para o mundo dos homens, é denominada por Lukács de «marxismo vulgar».

3- O materialismo dialético

O materialismo dialético surge com Marx. É uma sua descoberta a partir do exame da sociedade capitalista. Segundo Lukács, o que caracteriza o materialismo dialético é a concepção de que causalidade e consciência são duas coisas distintas e igualmente reais. O mundo dos homens nem é pura idéia nem é só matéria, mas sim uma *síntese de idéia e matéria* que apenas poderia existir a partir da transformação da realidade (portanto, é material) conforme um projeto previamente idealizado na consciência (portanto, possui um momento ideal).

No plano político, o materialismo dialético permite superar os impasses do idealismo (que reduz a luta de classes ao embate de idéias) e do materialismo mecanicista ou marxismo vulgar (que desconsidera o papel da idéias na história). Para o materialismo dialético a luta de idéias é muito importante para orientar as ações concretas dos homens, acima de tudo para se fazer a revolução. Pois, sem as idéias revolucionárias, não há ações revolucionárias; contudo, sem ações revolucionárias, as idéias revolucionárias não têm qualquer força.

O materialismo dialético concebe o mundo dos homens como a síntese, realizada pelo trabalho, de prévia ideação e matéria. Nem apenas idéia, nem só matéria, mas uma síntese entre as duas, realizada no trabalho, que origina uma nova forma de ser: o mundo dos homens.

Resumo do capítulo:

I) Há três grandes correntes filosóficas:

a) o idealismo: que considera a história como o puro movimento das idéias, como idéias em movimento. Na prática política, os idealistas tendem a superestimar a importância da luta ideológica e desprezar os atos práticos de transformação da realidade.

b) o materialismo mecanicista ou marxismo vulgar: reduz as idéias e a história ao mero movimento da matéria. Na prática política, tendem a desprezar a importância da luta ideológica nos processos históricos.

c) o materialismo dialético: descoberto por Marx ao estudar a sociedade capitalista, se caracteriza por conceber o mundo dos homens como a síntese da prévia ideação com a realidade material através do trabalho. A dimensão ideal e a dimensão material dos atos humanos são integradas, possibilitando tanto reconhecer a importância das idéias para a história, como também a impotência das idéias se elas não são levadas à prática (se elas não são objetivadas) por atos humanos concretos.

Cap VI - O «período de conseqüências»

Se a causalidade, não importa se construía pelos homens (como o machado ou uma relação social) ou se dada pela natureza sem qualquer ação humana (por exemplo, a atmosfera), é sempre distinta da consciência, como é possível que a consciência a conheça? Como é possível que a idéia de pedra corresponda à pedra real?

Para respondermos a esta questão, segundo Lukács é necessário que iniciemos pelo fato, já mencionado acima, que as conseqüências dos atos humanos são, sempre, em algum grau, imprevisíveis. Não há como a consciência prever, em todos os seus detalhes, todas as conseqüências que advirão dos seus atos.

Este fato faz com que após cada ação, segundo Lukács, tenhamos um «período de conseqüências» no qual o ato retroagirá sobre a consciência através dos efeitos que provoca.

Por exemplo: um cientista está pesquisando uma nova droga contra a AIDS e descobre um remédio que melhora um pouco a evolução da doença. Contudo, ao administrar o remédio aos doentes por um período de tempo mais prolongado, descobre que este remédio termina por matar as células do intestino. Ao pesquisar porque o remédio afeta o intestino, nosso cientista descobre que este órgão possui uma substância nas suas células que antes ninguém percebera, a qual, ao reagir com o remédio, termina matando o intestino e, logo depois, o próprio doente.

Neste exemplo, o «período de conseqüências» é bem visível: ao alterar a composição do sangue, introduzindo o remédio, o objetivo imediato do cientista é alcançado: a AIDS evolui mais lentamente.

Contudo, no «período de conseqüências» um fato novo é descoberto: há uma substância no intestino, até então despercebida, que é alterada pelo remédio, matando assim o paciente. Logo, o remédio não deve ser usado.

Veja como o «período de conseqüências» é importante: ele fornece novas indicações e informações sobre a realidade e sobre o que foi produzido, possibilitando aos homens adquirirem conhecimentos até então sequer imagináveis. Nosso cientista jamais poderia imaginar que, ao pesquisar a AIDS, iria descobrir um novo composto no intestino humano. O resultado alcançado foi completamente diferente do pretendido! E, ainda que a cura da AIDS não tenha sido alcançada, o conhecimento obtido certamente é útil e será aproveitado em outras circunstâncias.

Veremos, ao estudar as alienações, que muitas vezes o «período de conseqüências» pode resultar não no desenvolvimento do conhecimento e da capacidade dos homens dominarem a natureza, mas sim no surgimento e desenvolvimento de relações sociais desumanas, que tornam as pessoas menos humanas do que poderiam ser. Mas, agora, o que nos importa é que o «período de conseqüências» abre a possibilidade de conhecermos a realidade através das conseqüências que resultam dos nossos atos. Vejamos como isto se dá.

1- o conhecimento

Para que o trabalho tenha êxito, é necessário que o indivíduo, e a sociedade, possuam aquele conhecimento mínimo indispensável para a transformação desejada da realidade. A prévia ideação que busca transformar a água em machado seria uma impossibilidade, porque as

propriedades da água não permitem que se a transforme em machado. Para que o ato de trabalho alcance seu objetivo, é necessário o conhecimento que possibilite escolher os meios da realidade que são adequados à objetivação da prévia ideação. Conhecer estes meios é, pois, imprescindível.

Não há ato de trabalho bem sucedido que não se baseie em um conhecimento adequado da realidade que transformou.

Contudo, este conhecimento «adequado» é adequado ao objetivo que se tem em mente. Por exemplo, para um homem pré-histórico fazer um machado, era imprescindível que ele conhecesse a madeira e a pedra o suficiente para distinguir um do outro e do resto da natureza. Era necessário que ele conhecesse as madeiras e as pedras o suficiente para que pudesse escolher a melhor pedra e o melhor pedaço de madeira. Contudo, para fazer este machado primitivo, não era indispensável que ele conhecesse o fato de que a madeira e a pedra são compostos por átomos. O conhecimento dos átomos é indispensável para uma transformação muito mais intensa e desenvolvida da natureza, como a que ocorre nos reatores atômicos, mas o homem pré-histórico poderia perfeitamente construir o machado sem este conhecimento. Tanto isto é verdade, que ele assim o fez.

Portanto, todo ato de trabalho requer o conhecimento do setor da realidade a ser transformado, mas esta necessidade não significa conhecer tudo da realidade, mas apenas os aspectos diretamente envolvidos no ato de transformação.

Esta necessidade de conhecer a realidade para poder objetivar a

prévia ideação faz com que, ao olhar a realidade, os homens procurem conhecer aquilo que lhes é necessário a cada momento. Ao construir um machado, tratamos a realidade a partir deste nosso objetivo, e isto faz com que todo conhecimento da realidade evolua muito influenciado pelas necessidades e pelos objetivos que se têm a cada momento histórico. Ou seja, temos que conhecer a realidade para que o trabalho seja possível, contudo todo conhecimento é marcado pelos objetivos e necessidades que dirigiram a investigação da realidade.

Isto faz com que, toda vez que representamos a realidade em nossa consciência, sempre através de uma idéia, esta idéia seja, ao mesmo tempo, reflexo da realidade e condicionada pelas necessidades e objetivos da ação humana.

Em poucas palavras, argumenta Lukács, a consciência deve refletir a realidade para ser capaz de produzir um conhecimento «adequado». Por isso, ao investigar a realidade, é da máxima importância que a consciência possa construir uma idéia que reflita o real do modo mais fiel possível. Contudo, esta fidelidade do reflexo é condicionada pelas necessidades e pelos objetivos que orientam a investigação. O reflexo jamais poderá ser um reflexo fotográfico, mecânico, da realidade. Ele é sempre uma construção da consciência, uma atividade da consciência. Esta atividade da consciência é a apropriação das propriedades da realidade segundo as necessidades e objetivos do momento. E como essas necessidades e objetivos surgem ao longo da história, afirma Lukács que todo reflexo do real é historicamente condicionado.

Por outro lado, ao se utilizar o conhecimento num ato de trabalho,

se o está também colocando à prova, e deste modo pode-se verificar a sua validade nesta nova situação -- a sua maior ou menor fidelidade enquanto reflexo da realidade. Ao checar sua validade, é possível perceber até que ponto ele é verdadeiro, quais são seus limites, etc., obtendo-se assim novos conhecimentos que irão, por sua vez, possibilitar novos atos de trabalho e, por esta via, novos conhecimentos, etc..

Por fim, já que tanto a realidade, como os homens estão sempre evoluindo, jamais é possível um conhecimento absoluto da realidade. O conhecimento é uma atividade da consciência que, através da construção de idéias, reflete as qualidades do real. Esta reflexão da realidade pela consciência é um constante processo de aproximação das idéias em relação à realidade, a qual está em permanente evolução.

Portanto, é possível a consciência conhecer a causalidade porque, ao transformá-la pelo trabalho, pode verificar a validade e a veracidade dos seus conhecimentos. O trabalho, ao sintetizar idéia e matéria, permite que a consciência se aproprie das características da objetividade, num constante movimento de aproximação.

Resumo do capítulo:

I) Se a causalidade é sempre distinta da consciência, como é possível conhecê-la? Através do trabalho, pois:

1) todo ato de trabalho requer o «conhecimento adequado» do que se deseja transformar;

2) por isso, a consciência deve refletir as propriedades da

realidade para que seja possível a sua transformação com êxito pelo trabalho;

3) como a causalidade é distinta da consciência, ao ser transformada pelo trabalho desencadeia um «período de conseqüências» que age de volta sobre a consciência que construiu a prévia ideação;

4) este período de conseqüências permite checar na prática o conhecimento que se têm, testando a sua validade e sua veracidade, o seu acerto;

II) Esta reflexão da realidade pela consciência, contudo, é orientada pelos próprios objetivos de cada momento, de tal forma que todo conhecimento é o conhecimento da realidade da perspectiva das necessidades e dos objetivos que se possui a cada momento;

1) Por isso, e porque toda realidade está em permanente evolução, não é jamais possível o conhecimento absoluto da realidade. O conhecimento é sempre um processo de aproximação da realidade por parte da consciência.

Cap VII - A reprodução social

Iniciamos nosso estudo afirmando que, para Lukács, os homens são os demiurgos de sua própria história. Argumentamos que, para ele, quando os homens transformam a realidade, através do trabalho, eles também se modificam e se constroem enquanto seres humanos.

Vimos como, para Lukács, através do trabalho, ao objetivarem as

suas prévias ideações, os homens produzem um ambiente cada vez mais favorável à sua sobrevivência, num processo bastante complexo através do qual idéia e causalidade se sintetizam em objetos distintos da consciência. Dois são os resultados concretos dest fato. O primeiro: como os obhjetos criados são distintos da consciência, eles possuem possuem conseqüências que não podem ser por ela controlados. Há, por isso, um «período de conseqüências» após cada ato, no qual este possui uma ação de retorno sobre o indivíduo e, também, sobre a sociedade. Ao se confrontarem com com as conseqüências de suas ações, os homens podem avaliar o conhecimento que jhá possuem, bem como adquirir outros novos. O segundo: com base nos objetos já produzidos e nos novos conhecimentos, os homens desenvolvem sua força produtiva, isto é, sua capacidade de transformar a natureza segundo as suas prévias ideações. Portanto, para Lukács, ao os homens transformarem o real pelo trabalho, eles constroem a história humana: eles são seus próprios demiurgos.

Esta explicação do porque os homens são demiurgos do seu destino é certamente verdadeira; contudo está longe de ser completa. Falta ainda demonstrar como isto se deu ao longo do tempo. Isto nos conduz ao coração das considerações de Lukács acerca da reprodução social.

1- A reprodução social

Se apoiando na antropologia, na arqueologia e na história, argumenta Lukács que os homens primitivos, ao surgirem na face da Terra,

foram os herdeiros da primitiva organização social dos primatas⁸ que foram os seus antepassados biológicos.

A característica básica desta organização social era a coleta de alimentos (vegetais e pequenos animais) pelas florestas e campos. Como a atividade de coleta depende da disponibilidade de alimentos na natureza, ela é muito pouco produtiva. Por isso, a organização social não poderia evoluir para além de pequenos bandos que migravam de um lugar a outro à procura de comida.

Pequenos bandos migratórios: esta a primeira forma humana de organização social. Como a produtividade era muito pequena, e todos normalmente passavam fome, não havia qualquer possibilidade econômica de exploração do homem pelo homem. Era uma sociedade tão primitiva que sequer conhecia as classes sociais.

Contudo, o trabalho e seus efeitos já se faziam presentes mesmo neste ambiente primitivo. Ao coletarem os alimentos os homens iam conhecendo a realidade, e este conhecimento era generalizado e divulgado por todos os membros do grupo. Com o tempo, estes bandos foram capazes de produzirem ferramentas cada vez mais desenvolvidas e foram conhecendo cada vez melhor o ambiente em que viviam. Com o desenvolvimento das forças produtivas, puderam aumentar de tamanho e se complexificaram:

⁸A investigação sobre a origem da raça humana é um dos aspectos da história, da arqueologia e da antropologia que mais tem avançado nos últimos anos. Contudo, o conhecimento que possuímos é ainda fragmentado, e com certeza será muito alterado nos próximos anos, com novas descobertas. Todos os indícios levam a crer, contudo, que os homens surgiram na África a partir da evolução de um primata muito primitivo denominado *Rhampithecus*, que deu origem ao *Australopithecus* que, por sua vez, deu origem aos primeiros homens, o *Homo Erectus*.

indivíduos e sociedade já naquele momento estavam em permanente evolução.

Esta evolução levou a uma primeira grande revolução da capacidade humana em transformar a realidade: a descoberta da semente e da criação de animais.

Com o aparecimento da agricultura e da pecuária, pela primeira vez os homens tiveram a possibilidade de produzir mais do que necessitavam para sobreviver. Pela primeira vez na história humana surgiu um excedente de produção e, com ele, a possibilidade de se acumular riquezas.

Com o excedente de produção passou a ser economicamente vantajoso explorar um trabalhador, já que ele pode produzir mais do que o necessário para sua sobrevivência. Esta é a origem da exploração do homem pelo homem.

A exploração do homem pelo homem introduziu algo novo nas relações sociais. Até então os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo os mesmos interesses: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Com a exploração dos homens pelos homens, pela primeira vez as contradições sociais se tornam *antagônicas*, isto é, impossíveis de serem conciliadas. O patrão quer explorar o trabalhador, este não deseja ser explorado.

2- O modo de produção asiático

As primeiras sociedades baseadas a exploração do homem pelo homem foram as escravistas e as «asiáticas». Neste capítulo trataremos das sociedades asiáticas, deixando para o próximo o estudo do escravismo.

As sociedades asiáticas, ou o modo de produção asiático, se desenvolveu a partir da descoberta da agricultura e da pecuária na região geográfica compreendida entre o Oriente Médio e a China, e também nas civilizações Maia e Asteca nas Américas. É característico de regiões onde a densidade populacional era elevada e onde o solo disponível para agricultura era restrito. A produção adequada se revelou ser o cultivo de cereais em terrenos alagados, o que exigia enormes trabalhos para a construção de diques, represas e canais de irrigação. Quando uma aldeia atingia um determinado patamar de desenvolvimento, e a população atingia um limite, era criada uma nova aldeia, em tudo semelhante à primeira, em uma outra localidade. Assim, de divisão em divisão, a aldeia era reproduzida exatamente da mesma forma, e o excedente produtivo era absorvido na construção da nova aldeia e nos indispensáveis trabalhos de irrigação. Neste contexto, o crescimento da produção e da população nas aldeias resultou não na produção de mercadorias para a troca, mas sim na divisão da aldeia em outras exatamente iguais.

Aparentemente, temos aqui uma situação social que, ao contrário do que afirmamos, ao invés de produzir sempre novas situações, reproduz sempre o velho. Uma aldeia gera uma outra exatamente igual, e assim por diante, num processo que aparentemente se assemelha à reprodução biológica, onde o milho reproduz milho e assim sucessivamente.

Mas só aparentemente. Pois o simples fato de um mesmo modelo de aldeia se multiplicar significa, objetivamente, um aumento da capacidade social para transformar a natureza e, ao mesmo tempo, um real aumento de população (o que, também, significa um desenvolvimento da capacidade em

transformar o ambiente). Por isso, também nas sociedades asiáticas, a reprodução social cria sempre novas situações; contudo, é verdade, com uma velocidade muito menor do que no escravismo, no feudalismo e no capitalismo.

Este desenvolvimento mais lento fez com que as sociedades asiáticas chegassem ao século XX praticamente como eram há milhares de anos atrás. Embora muito mais antigas que as sociedades escravistas, feudais e capitalistas, esta incapacidade em desenvolver rapidamente as forças produtivas colocou o modo de produção asiático em enorme desvantagem frente ao capitalismo, e por isso foi sendo dominado e destruído à medida em que a burguesia dominava o planeta.

Em suma, o desaparecimento da sociedade primitiva deu origem a duas formas de reprodução social: o modo de produção asiático, que acabamos de estudar, e o modo de produção escravista, que estudaremos no próximo capítulo.

Resumo do capítulo:

I) As sociedades primitivas herdaram a forma de organização social dos primatas anteriores: sua principal atividade produtiva era a coleta do que a natureza oferecia. Vivam em pequenos bandos nômades e desconheciam as classes sociais.

II) Mesmo nestas sociedades primitivas, o trabalho já se fazia presente, possibilitando que os homens conhecessem cada vez mais a

realidade em que vivam. Assim, vão aumentando sua capacidade em transformá-la (vão desenvolvendo as forças produtivas) até que terminam por descobrir a agricultura e a pecuária.

III) Este desenvolvimento levou ao surgimento de um excedente de produção que deu origem à exploração do homem pelo homem, findando assim as sociedades primitivas. Com a exploração dos homens pelos homens surgiram as classes sociais.

IV) As primeiras sociedades que conheceram a exploração do homem pelo homem foram as «asiáticas» e as escravistas.

V) As sociedade asiáticas, ou o modo de produção asiático, se caracterizou pelo fato de o desenvolvimento das forças produtivas não conduzir ao comércio e à produção de mercadorias, mas sim à reprodução incessante de aldeias muito semelhantes. Por isso, o desenvolvimento das forças produtivas se deu de forma muito mais lenta que nas sociedades escravistas, feudais e capitalistas.

Cap VIII - O escravismo

As sociedades escravistas (as principais foram a Grega e a Romana) se caracterizam pela existência de duas classes sociais antagônicas: os senhores de escravos e os escravos. Já que toda a produção dos escravos pertencia ao seu senhor, aos escravos não interessava o aumento da produtividade. Por isso, durante o escravismo, o desenvolvimento da técnica e dos métodos de organização da produção praticamente não

ocorreu; e a única forma de aumentar a riqueza dos senhores de escravos era aumentar a quantidade de escravos que possuíam. Para isso conquistaram enormes impérios de onde retiravam os prisioneiros que necessitavam para se abastecerem de escravos.

O aumento do número de escravos terminou por trazer novos problemas à sociedade. Em Roma, havia mais de 700 escravos para cada senhor de escravo, e se todos os escravos de revoltassem não haveria suficiente senhores de escravos para enfrentá-los. Para se protegerem desta ameaça, os senhores de escravos contrataram soldados para defendê-los, e também para conquistar mais terras e trazer mais escravos sempre que fosse necessário. Contudo, estes exércitos eram muito caros, e apenas um senhor de escravo não possui riqueza suficiente para mantê-los. Era necessário que todos os senhores de escravos compartilhassem das despesas militares, e para isto contrataram pessoas que deveriam recolher todo ano a contribuição de cada um, garantindo que nenhum «espertinho» iria passar a perna nos outros; e também administrar este dinheiro de modo a manter os exércitos. Esta contribuição anual são os impostos, e estas pessoas contratadas, os funcionários públicos.

Para reprimir a revolta dos escravos, os senhores de escravos e os funcionários públicos criaram as leis. Nas sociedades primitivas não existiam leis: como os interesses eram os mesmos, todos sabiam o que era melhor para todos, e os costumes eram suficientes para organizar a vida social. Contudo, quando interesses antagônicos, inconciliáveis, passaram a existir nas relações sociais, as classes dominantes criaram as leis com o objetivo de reprimir a luta pela liberdade. As leis criadas pela classe

dominante reconheceram a legitimidade da exploração dos escravos pelos senhores de escravos, e afirmavam ser ilegal a luta dos escravos contra esta exploração.

Para reprimir quem desobedecesse as leis das classes dominantes, com o apoio do exército, criou-se a polícia, as prisões, os torturadores, os carcereiros, os advogados, os juizes, a constituição, etc. Este conjunto de leis e instrumentos sociais de repressão é denominado Direito.

Assim, para reprimir a luta dos escravos contra a exploração que sofriam, os senhores de escravos criaram o exército, o funcionalismo público e o Direito. O conjunto formado por estes instrumentos especiais de repressão dos explorados é o Estado. O Estado, portanto, segundo Lukács, é essencialmente um comitê executivo da classe dominante para a defesa dos seus interesses históricos contra a revolta dos explorados.

Em suma, com a exploração dos homens pelos homens surgiu a primeira forma de sociedade de classes. Os homens agora possuem interesses antagônicos, inconciliáveis: os exploradores e os explorados. Para manter a sua dominação, os senhores de escravos criaram o Estado, que é o conjunto formado pelos funcionários públicos (a burocracia), a polícia, o exército e o Direito.

1- A crise do escravismo e a origem do feudalismo

Para que os senhores de escravos se enriquecessem, já vimos, era necessário que aprisionassem cada vez mais pessoas e as transformassem em

escravos e foi com esse objetivo que criaram o Estado.

Contudo, a eficiência do Estado vai diminuindo conforme aumenta o número escravos e aumenta o tamanho do império. E, a partir de um dado momento histórico, o exército e o Estado haviam crescido tanto (e, com eles, a corrupção) que a riqueza que eles propiciavam aos senhores de escravos já não era suficiente para mantê-los. Os seus custos se tornaram maiores do que os lucros obtidos pelos senhores de escravos. Em outras palavras, os impostos se tornaram tão caros que os senhores de escravos já não tinham como pagá-los: soldados e funcionários públicos começaram a receber cada vez menos.

Isto levou à revolta do exército e ao aumento da corrupção dos funcionários públicos, e a consequência foi o aumento tanto das invasões do império pelos povos que viviam nas suas fronteiras, como também das revoltas dos escravos. A desorganização do comércio, resultante das invasões das fronteiras e das revoltas no interior do império, diminuiu ainda mais o lucro dos senhores de escravos, e ainda menos dinheiro tinham eles para pagar os soldados e os funcionários públicos. Com menos recursos, aumenta a crise política e militar e a economia é ainda mais desestruturada. Este círculo vicioso levou ao final do escravismo.

Perceba que este processo de decadência era impulsionado pelo impasse e pelas contradições geradas pelo próprio crescimento do escravismo -- e não pela presença de uma classe revolucionária que possuísse um projeto alternativo global para a sociedade. Claro que os escravos se revoltavam; contudo, pelas suas próprias condições de vida e

trabalho, não conseguiram desenvolver um conhecimento adequado da sociedade e da história humana que lhes permitisse compreender o momento histórico e, deste modo, construir uma proposta de alteração revolucionária da sociedade.

O escravismo, pelo seu próprio desenvolvimento, gerou contradições que o conduziram, no dizer de Lukács, a um «beco sem saída». Não tinha continuar a existir e, contudo, não havia nenhum projeto de uma nova sociedade capaz de superar aquele impasse histórico. Sem terem possibilidades históricas de desenvolverem uma autêntica consciência do momento histórico que viviam, os homens não podiam intervir conscientemente no processo de transição; pelo contrário, foram por este empurrados sem perceberem o que ocorria.

Sem a presença de uma classe revolucionária que dirigisse a transição do escravismo ao feudalismo, ela ocorreu de forma muito lenta e caótica, demorando mais de três séculos para se completar. E, apenas após este longo período de tempo, se consolidaram as características decisivas do feudalismo. Sobre o feudalismo, estudaremos um pouco no próximo capítulo.

Resumo do capítulo:

I) Com a descoberta da agricultura e da pecuária, surgiu o excedente econômico e com isso tornou-se lucrativo a exploração do homem pelo homem. É assim que os homens se dividiram, então, em duas classes sociais antagônicas (isto é, cujos interesses são opostos), os escravos e os senhores de escravos.

II) Para se enriquecerem cada vez mais, os senhores de escravos tinham que aumentar o número de escravos que possuíam. Com isso a quantidade de escravos aumentou tanto que eles tiveram que criar mecanismos de repressão especiais para se protegerem da revolta dos escravos: o exército, a burocracia (os funcionários públicos) e o Direito. Este conjunto é conhecido por Estado.

III) O crescimento do número de escravos fez com que as despesas para manter o exército e o Estado aumentassem tanto que, a partir de um ponto, o lucro dos senhores de escravos não era mais suficiente para pagá-los. Sem recursos, os soldados e os funcionários públicos aos poucos deixaram de defender o senhor de escravos, e com isso o escravismo entrou na crise que levou ao seu desaparecimento.

IV) Sem a presença de uma classe revolucionária, a transição ao feudalismo demorou mais de três séculos.

Cap IX - O feudalismo e a origem da sociedade capitalista

1- O feudalismo

Com a crise do escravismo se abriu um longo processo, que durou séculos, de transição para o novo modo de produção, o feudalismo. O que caracterizou este processo de transição foi, em primeiro lugar, o fato de nele não atuar uma classe revolucionária. Os escravos, que se revoltaram, não eram uma classe revolucionária porque não possuíam um projeto alternativo de sociedade. Naquela situação histórica, os conhecimentos

que os homens tinham da natureza, de si próprios e da história eram tão primitivos que não havia possibilidade de surgir uma classe com consciência histórica para liderar a transição da velha sociedade para uma nova.

Com isso, a transição foi caótica, fragmentada e lenta. O novo modo de produção, o feudalismo, se estruturou de modo muito diferenciado, variando muito de lugar para lugar.

Sua principal característica foi a organização da produção em unidades autosuficientes, essencialmente agrárias e que serviam também de fortificações militares para defesa. O trabalho no campo era realizado pelos servos. Estes, diferentes dos escravos, eram proprietários das suas ferramentas e de uma parte da produção. A maior parte da produção ficava com o Senhor Feudal, o proprietário da terra, e também o líder militar, a quem cabia a responsabilidade da defesa do feudo em caso de ataque. O senhor feudal não poderia vender a terra ou expulsar o servo; este, em contrapartida, não poderia abandonar o feudo. O servo estava ligado à terra, e o senhor feudal ao feudo.

Com o desaparecimento da estrutura produtiva e comercial do Império Romano, o comércio e o dinheiro praticamente desapareceram. A autosuficiência passou a ser uma necessidade para a sobrevivência. A interrupção dos contatos entre as localidades mais distantes acarretou uma regressão em termos de produção, de cultura e de conhecimento. Em alguns lugares, até mesmo o conhecimento da roda foi perdido.

Contudo, como os servos ficavam com uma parte da produção, a eles interessava aumentá-la. Por isso começaram a desenvolver novas

ferramentas, novas técnicas produtivas, novas formas de organização do trabalho coletivo, aprimoraram as sementes, melhoraram as técnicas de preservação do solo -- de tal modo que em pouco tempo a produção voltou a crescer e, graças à melhor alimentação, a população aumentou. Logo em seguida, o aumento da produção e da população provocou uma crise no sistema feudal: o feudo possuía mais servos do que necessitava, e produzia mais do que conseguia consumir.

Frente à crise, os senhores feudais romperam o acordo que tinham com os servos e expulsaram do feudo os que estavam sobrando. Estes, sem terem do que viver, começaram a roubar e a trocar o produto do roubo com outros servos. Como todo mundo estava produzindo mais do que necessitava, todos tinham o que trocar, e assim voltou a florescer o comércio. Com o tempo, as rotas comerciais e as cidades renasceram e se desenvolveram.

Com o comércio e as cidades, surgiram duas novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes, também chamados de burgueses.

2- Algumas características da sociedade burguesa

Entre os séculos XI e XVI a burguesia não parou de se expandir. Do comércio local passou ao comércio por toda Europa. Em seguida, descobriu a África, o caminho marítimo para as Índias, o Brasil e as Américas e articulou um mercado mundial. Alguns séculos após, com base no mercado mundial e no constante desenvolvimento das forças produtivas que ele possibilitou, realizou a Revolução Industrial. Após a Revolução Industrial a sociedade burguesa atingiu sua maturidade e se explicitaram as suas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado.

A sociedade burguesa marcou o surgimento de uma nova forma de relação entre os homens. Enquanto no feudalismo e no escravismo a vida dos indivíduos estava muito associada à coletividade, no capitalismo as relações sociais são, antes de mais nada, instrumentos para o enriquecimento pessoal. Se, para um burguês se enriquecer, ou se tornar ainda mais rico, for necessário jogar milhões na miséria -- ou mesmo matar milhões -- ele assim o fará, e a sociedade burguesa aceitará este fato como natural: burro o burguês que deixar de ganhar dinheiro para promover a vida alheia.

Esta relação do indivíduo com a sociedade, na qual cada um concebe a coletividade como instrumento para a acumulação de seu capital privado, está na origem do individualismo burguês, tão característico da vida social dos nossos dias.

Uma segunda característica importante da sociedade burguesa é que a exploração dos trabalhadores é feita segundo as leis econômicas do mercado. Estas «leis do mercado» são leis capitalistas. Elas reduzem tudo, inclusive a força de trabalho dos homens, a mercadorias. Mercadorias são coisas, não são pessoas. Assim, a força de trabalho de todos nós é avaliada segundo o critério de avaliação de toda e qualquer mercadoria: quanto custa para produzi-la? No caso da força de trabalho, o que custa para produzi-la é aquilo necessário para manter vivo e produzindo o trabalhador, é a pouca alimentação, o casebre ou a favela e o transporte barato em ônibus lotados ou caminhões de bóias-frias. O custo para o capital desta mercadoria chamada força de trabalho é muito menor do que as necessidades humanas do trabalhador. O trabalhador é

gente e não mercadoria; mas, como ao capital o que importa são apenas as mercadorias e os seus custos, o aspecto humano da força de trabalho é completamente desprezado.

Não podemos aqui nos alongarmos neste estudo da história: o que nos interessa é retirar dele os elementos decisivos para entendermos a investigação da reprodução social feita por Lukács, o que faremos no próximo capítulo.

Resumo do capítulo:

I) A transição do escravismo para o feudalismo ocorreu sem a presença de uma classe revolucionária: com isso ela foi caótica e prolongou-se por séculos.

II) O feudalismo se caracterizou pela produção autosuficiente nos feudos, nos quais o trabalho era executado pelos servos. O Senhor Feudal era responsável pela defesa militar e ficava com a maior parte do que era produzido.

III) Como os servos ficavam com uma parte da produção, eles começaram a desenvolver as técnicas produtivas. Com isto a produção aumentou, melhorou a alimentação e a população começou a crescer. Isto fez surgir um excedente de população e de produção: surgiu assim o comércio e, com ele, a burguesia.

IV) A burguesia revolucionou a economia e a sociedade feudais: abriu o comércio mundial e realizou a Revolução Industrial. Com isso surgiram as duas classes fundamentais da sociedade burguesa: o

proletariado e os capitalistas (a burguesia).

V) O que caracteriza a sociedade capitalista é, entre outras coisas: 1) a redução da força de trabalho à mera mercadoria, e portando o desprezo absoluto pelas necessidades humanas do trabalhador; 2) a utilização da coletividade como mero instrumento para o enriquecimento privado dos indivíduos.

Cap X - A reprodução social (conclusão)

Segundo Lukács, a história evidencia que a reprodução social segue algumas linhas gerais, as quais têm se mantido ao longo do tempo:

1) Há uma tendência de fundo para a constituição de relações sociais cada vez mais genéricas, que abarcam uma porção cada vez maior da humanidade. A humanidade evoluiu dos pequenos bandos para sociedades cada vez maiores, que articulam um número crescente de indivíduos. Com o desenvolvimento do capitalismo, estas sociedades foram por fim articuladas através do desenvolvimento do mercado mundial, de tal modo que, nos dias de hoje, a humanidade está efetivamente integrada numa vida social comum.

Com isto Lukács não quer negar que existam diferentes sociedades, países e culturas; mas assinalar que estas diferenças não impedem que a vida de todos os indivíduos do planeta Terra esteja articulada de forma bastante estreita. Hoje, como nunca na história da humanidade, os indivíduos compartilham de uma mesma história.

2) A segunda tendência de fundo do desenvolvimento social, para Lukács, é a constituição de sociedades cada vez mais internamente heterogêneas, complexas. De uma situação inicial na qual a única diferença decisiva entre os indivíduos era o sexo, a evolução passou por uma divisão de trabalho cada vez mais intensa com o aparecimento de diferentes atividades produtivas (separação da agricultura da pecuária, seguida pelo desenvolvimento do artesanato e pelo surgimento do comércio). Após o surgimento das classes sociais, a diferenciação interna à sociedade adquiriu um novo impulso. Com as lutas de classe há necessidade de um conjunto novo de instituições sociais, como o exército, a polícia, o direito, etc., que aumenta ainda mais a complexidade e a heterogeneidade das formações sociais.

Em suma, desenvolvimento do ser social tem significado crescente diferenciação interna das sociedades.

Isto significa, sempre segundo Lukács, que novas contradições vão sendo introduzidas na dinâmica social à medida em que aumenta a sua complexidade. Por exemplo, antes do surgimento das classes, as contradições eram muito mais simples, e quase sempre não antagônicas. Com o aparecimento da exploração do homem pelo homem, este quadro se alterou qualitativamente e, para controlar esta contradição do ponto de vista da classe dominante, foi criado o Estado. Com isso surgiu uma nova relação social entre os homens: a política, isto é, uma atividade que objetiva dominar outros homens através da posse do Estado.

Ou seja, o desenvolvimento social dá origem a uma nova forma de relação entre os homens (a exploração dos homens entre si). Para atender

às novas necessidades próprias a esta nova relação criou-se uma nova instituição (o Estado), o qual por sua vez se transformou no palco de uma nova forma de relação social: a política. À medida em que a sociedade evolui, ela se torna cada vez mais complexa.

3) A terceira tendência de desenvolvimento social é o fato de a vida social mais desenvolvida exigir que os indivíduos hajam cotidianamente de forma cada vez mais complexa. Para que isto seja possível, os indivíduos têm que se desenvolver cada vez mais enquanto indivíduos. Assim, por exemplo, há milhares de anos, bastava estar familiarizado com alguns poucos rituais da tribo, e conhecer algumas poucas e simples técnicas produtivas, para que um indivíduo pudesse contribuir com a vida social, fosse aceito socialmente, constituísse família, etc., e levasse uma vida social normal. Hoje, quem não souber ler e escrever está em má situação, e quem souber duas ou mais línguas estrangeiras estará numa situação ainda melhor. Hoje, para trabalhar, não basta saber uma ou outra técnica; deve-se também conhecer um pouco dos direitos e deveres de um cidadão, dos direitos trabalhista em especial, deve-se ter alguma noção de política. Para se adquirir um produto é necessário conhecer minimamente o complexo funcionamento da economia, etc.

Uma vida social mais complexa exige indivíduos cada vez mais capacitados. A existência de indivíduos cada vez mais capacitados, por sua vez, é uma das condições para que a sociedade continue na sua evolução.

1- A sociedade é um complexo de complexos

Estas três tendências de fundo do desenvolvimento social levam Lukács a apontar que o ser social é um complexo de complexos. Ou seja, é um conjunto articulado de partes diferentes.

Estas partes diferentes tendem a crescer em número, e tendem a ser cada vez mais diferentes entre si, à medida em que a sociedade evolui. Assim, por exemplo, com o surgimento das classes sociais, aparecem não só classes dominantes e dominadas, mas também o Estado, o Direito, a política, etc. As diferenças aumentaram em número e em intensidade.

Ao mesmo tempo que isto se dá, contudo, as relações sociais se desenvolvem de modo a articular cada vez mais a vida dos indivíduos ao longo de todo o planeta. Há milhares de anos atrás, o que ocorria na China em nada afetava a vida de um indígena brasileiro. Hoje, a vida de todos nós está submetida à crise de um mercado mundial. Uma super produção de arroz na China pode afetar o agricultor gaúcho ou goiano. Portanto, ainda que não se conheçam, a vida dos produtores de arroz do mundo inteiro estão de algum modo relacionadas. O mesmo ocorre em todos os setores de atividade social.

Em suma, segundo Lukács, quanto mais as formações sociais se desenvolvem, mais elas articulam a vida dos indivíduos entre si, e mais heterogêneas se tornam, dando origem a diferentes e novas relações sociais, instituições e complexos sociais.

Ou seja, quanto mais diferenciada for internamente uma sociedade, quanto maior a variedade de relações sociais que ela contenha, maior será a articulação das vidas individuais com a história coletiva. É também a

este fato que Lukács se refere quando afirma ser o mundo dos homens um complexo de complexos.

2- A reprodução dos indivíduos

Estas três tendências que, segundo Lukács, marcam a reprodução social, são decisivas para entendermos a reprodução dos indivíduos. E por duas razões.

Por um lado, porque quanto mais desenvolvida for uma sociedade, mais ela exigirá de seus membros. Quanto mais complexa a sociedade, mais complexos serão os atos cotidianos, e os indivíduos têm que se desenvolver ou então não poderão compartilhar da vida social.

Portanto -- e isto é da maior importância para Lukács --, o desenvolvimento social dá origem à tendência de os indivíduos se reproduzirem em personalidades cada vez mais complexas.

Por outro lado, o próprio desenvolvimento da sociedade, e a crescente heterogeneidade que o acompanha, fazem com que o indivíduo se encontre na sua vida com um leque cada vez maior de possibilidades de desenvolvimento pessoal, de desenvolvimento de sua personalidade. Na vida primitiva não seria possível, por exemplo, uma pessoa escolher sua profissão. Ainda que hoje esta escolha não seja livre, pois é condicionada pela riqueza do indivíduo, sem dúvida ela é maior do que era no passado.

Portanto, a possibilidade de desenvolvimento dos indivíduos enquanto personalidades cada vez mais complexas e ricas é dado pelo desenvolvimento social. Quanto mais rica e intensa for a vida social,

quanto mais articulada for a vida do indivíduo com a história de toda a humanidade, mais desenvolvida no sentido humano será sua existência.

Em suma, para Lukács, reprodução da sociedade e do indivíduo são dois pólos do mesmo processo, isto é, são momentos distintos, porém sempre articulados, da reprodução social.

Resumo do capítulo:

I) Há três tendências de fundo do desenvolvimento social ao longo da história:

1) Surgimento de relações sociais cada vez mais extensas, que articulam cada vez mais intensamente a vida de um número maior de indivíduos entre si;

2) O desenvolvimento social dá origem à sociedades cada vez mais complexas e internamente heterogêneas. O surgimento da distinção dos homens segundo as classes sociais, com o conseqüente surgimento do Estado e da política, é uma das mais diferenciações assim surgidas que mais graves conseqüências tiveram para a história;

3) O desenvolvimento social requer o desenvolvimento de indivíduos cada vez mais capazes para agirem em meio a relações sociais cada vez mais desenvolvidas.

II) A possibilidade de desenvolvimento da individualidade está, portanto, articulada ao desenvolvimento da humanidade como um todo. Quanto mais articulada for a existência de um indivíduo com a história da humanidade, mais humanamente desenvolvida será sua vida.

Cap XI - Lukács e a crítica ao individualismo burguês

Já vimos que, segundo Lukács o desenvolvimento do mundo dos homens tem seu fundamento no fato de o trabalho, através da reprodução social, sempre produzir novas situações históricas. Por esta razão, o produto concreto e imediato de cada ato de trabalho é também momento do processo de desenvolvimento da sociedade que é a história humana. E como, ao construir o mundo material, ao desenvolver as sociedades, o indivíduos se constrói enquanto ser humano, reprodução social e reprodução do indivíduo são processos sempre articulados.

Este desenvolvimento das sociedades e dos indivíduos passou por várias etapas históricas, demarcadas pela sucessão dos modos de produção (sociedade primitiva, modo de produção asiático, escravismo, feudalismo e capitalismo). No interior de cada uma destas etapas históricas se desdobrou uma determinada relação do indivíduo com a sociedade. De um modo geral, nas sociedades asiáticas, no escravismo e no feudalismo, a reprodução social era ainda tão primitiva que não possibilitava que a reprodução dos indivíduos possuísse uma maior autonomia.

Há uma conhecida passagem na vida de Sócrates, em Atenas, que talvez auxilie na compreensão desta questão: injustamente condenado à morte, Sócrates recusou a oferta de fugir da cidade para salvar a vida. Para ele, a razão de viver estava no aprimoramento de Atenas -- e, por isso, fugir significaria abrir mão do sentido da sua existência. Rompidos os laços enquanto cidadão de Atenas, sua vida não mais teria qualquer

sentido. Esta era a razão que levou Sócrates a recusar a possibilidade da fuga. O predomínio da dimensão genérica, social, sobre a existência pessoal está claramente reconhecida neste exemplo: a existência individual se afirma pela sua dimensão social. Fora da cidade, o indivíduo Sócrates não mais existiria -- deixaria de ser um ateniense para ser um «bárbaro».

No feudalismo, algo semelhante pode ser encontrado. A existência social envolve de tal forma a existência individual que o sobrenome das pessoas é dado de acordo com o feudo, ou com o lugar do feudo, em que habitam⁹. A identidade social do indivíduo está na sua conexão com a totalidade social através do lugar que ocupa no feudo. Fora do feudo, o indivíduo nada é, pois não pode ter qualquer existência social digna do nome.

Com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, continua Lukács, este tipo de conexão indivíduo-sociedade é rompido. A vida social passa a ser predominantemente marcada pela propriedade privada, e a razão da existência pessoal deixa de ser a articulação com a vida coletiva, para ser o mero enriquecimento material privado. O dinheiro passa a ser a medida e o critério de avaliação de todos os aspectos da vida humana, inclusive os mais íntimos e pessoais.

Com o capitalismo, a vida cotidiana dos indivíduos se transformou em mera luta pela riqueza. Os indivíduos passaram a considerar todos os outros como adversários e a sociedade se converteu em arena em que esta

⁹- É famoso o exemplo de Pierre DuPont, que significa Pedro da Ponte. Ou então, Conde de Montpellier, sendo Montpellier o local da propriedade feudal, etc.

luta se desenvolve. As relações econômicas de mercado são expressão nítida desta nova relação entre os indivíduos e a totalidade social: todos são inimigos de todos, o homem é o «lobo do homem», no dizer do filósofo Hobbes (1588-1679).

Ao nível da reprodução do indivíduo, o capitalismo possui duas conseqüências da maior importância, segundo Lukács. Por um lado, ele permitiu explicitar, até as últimas conseqüências, que entre a reprodução do indivíduo e a reprodução da sociedade há diferenças significativas. O desenvolvimento do indivíduo é um processo que não se identifica com a reprodução social como um todo, há uma diferença entre estes dois processos.

Reconhecer esta diferença é fundamental, sempre segundo Lukács, porque possibilita que as necessidades individuais sejam reconhecidas em sua plenitude no processo de reprodução da sociedade. Possibilita que a humanidade, como um todo, tome consciência do fato que o desenvolvimento do indivíduo é fundamental para o desenvolvimento social, e que, vice-versa, o desenvolvimento social é o fundamento do desenvolvimento pessoal -- mas que um não garante nem absorve o outro. Tanto há necessidades individuais, como há necessidades coletivas, que devem ser atendidas numa sociedade comunista, emancipada. Reconhecer este fato é, para Lukács, da maior importância para se compreender o mundo dos homens e para a constituição de um projeto revolucionário.

Mas, por outro lado, o capitalismo, ao desenvolver o individualismo burguês que lhe é inerente, deu origem a uma sociedade na qual as necessidades coletivas estão subordinadas às necessidades de

enriquecimento privado, e na qual as necessidades humanas (coletivas e individuais) estão subordinadas ao complexo processo de acumulação do capital pelos burgueses.

Com isto, o capitalismo deu origem a indivíduos que perderam a noção da real dimensão genérica, social, das suas existências, ficando presos à mesquinha patifaria, ao estreito e pobre horizonte da acumulação do capital. Ganhar dinheiro se tornou a única razão de viver dos indivíduos, e a dimensão coletiva, genérica, das suas vidas foi massacrada pelo egoísmo e mesquinha que caracteriza o burguês.

1- A moral e a ética

O individualismo burguês, segundo Lukács, é o solo da hipócrita moral que predomina nos nossos dias. Para ele, a essência da moral burguesa está em pregar a obediência às leis e aos costumes e, ao mesmo tempo, violá-los sempre que lucrativo. Para que a sociedade capitalista funcione é necessário que todos sigam os costumes e as leis. Por isso o burguês defenderá intransigentemente que as leis devem ser respeitadas por todos. Mas, no seu comportamento pessoal, violará estas leis sempre que lhe for vantajoso: ele é essencialmente um hipócrita.

Esta essência hipócrita, segundo Lukács, é a razão de a moral burguesa ser sempre vazia, não podendo jamais dar origem a uma verdadeira ética. O máximo que a moral burguesa pode fazer é recomendar que todos sigam as regras sociais, as leis e os costumes -- mas esta recomendação é vazia, porque todos sabem que, no dia à dia, todos violarão as regras para se enriquecerem.

A ética é justamente o contrário da moral burguesa. Lukács argumenta que a ética é a expressão das necessidades humanas (coletivas e individuais). Enquanto expressão das necessidades humanas, a ética é importante para que os homens tomem consciência do que são, das suas reais necessidades enquanto seres humanos.

Sempre segundo Lukács, entre a moral burguesa e uma verdadeira ética se interpõe um abismo. A moral burguesa é sempre conservadora, pois coloca os interesses mesquinhos e estreitos da acumulação pessoal de riquezas acima das necessidades humanas, individuais ou coletivas. A ética, pelo contrário, é sempre revolucionária, emancipadora, pois torna visível para todos, sob a forma de valores éticos, as reais necessidades humanas. Toda ética, portanto, nos dias de hoje, é necessariamente uma crítica ao capitalismo, à hipócrita moral burguesa e ao individualismo burguês. Não há ética que não seja revolucionária, nos dias em que vivemos -- e, por isso, segundo Lukács, uma proposta de emancipação humana possui necessariamente uma dimensão ética.

Em resumo, para Lukács o individualismo burguês é resultante do desenvolvimento histórico. Ele marca uma nova etapa da relação entre o indivíduo e a sociedade: esta é reduzida a mero instrumento para a acumulação de riqueza do burguês. A dimensão genérica, social, da existência humana é perdida, e o resultado é uma vida mesquinha, egoísta, estreita, que enxerga nos outros homens inimigos na disputa pela riqueza pessoal. Nesta sociedade, a ética desaparece sob uma hipocrisia moral que coloca os interesses individuais sempre acima dos interesses coletivos.

Resumo do capítulo:

I) A reprodução social é composta por dois pólos: a reprodução do indivíduo e a reprodução da sociedade.

II) Enquanto nas sociedades menos desenvolvidas a existência individual se subordina à existência coletiva, no capitalismo a sociedade se reduz a instrumento para o enriquecimento privado dos burgueses.

III) A dimensão coletiva da vida social está completamente perdida: o indivíduo é reduzido ao mesquinho burguês, que pensa com a carteira de dinheiro e com o coração na caixa de moedas.

IV) Com esta ruptura entre a dimensão coletiva, social, da existência humana, a ética é degradada até a hipócrita moral burguesa: as leis devem ser obedecidas por todos, mas sempre que for possível violar as leis para benefício próprio, burro de quem não o fizer!

Cap XII - A política e o Estado democrático

Relembremos que, segundo Lukács, a sociedade burguesa é produto dos atos humanos. Em última análise, é o impulso, inerente ao trabalho, de remeter o ser social à formações sociais cada vez mais desenvolvidas, que funda este movimento histórico que vai das sociedades primitivas ao capitalismo mais desenvolvido. Toda esta evolução, Lukács não se cansa de repetir, tem por base a reprodução social, ou seja, o processo que sintetiza os atos humanos singulares em tendências históricas.

Também imos como, para Lukács, a reprodução social é um processo que possui dois pólos: a reprodução da totalidade social e a reprodução dos indivíduos. Cada um dos pólos apenas pode se desenvolver articulado ao outro (sem desenvolvimento social não há desenvolvimento dos indivíduos, e vice-versa). Contudo, a relação entre eles é marcada por desigualdades, de tal modo que entre o desenvolvimento da sociedade e o do indivíduo sempre haverá contradições. O desenvolvimento social colocará exigências ao desenvolvimento dos indivíduos que estes nem sempre acatarão de bom grado, e que resistirão à incorporar em seus atos; por outro lado, o desenvolvimento das personalidades individuais gera necessidades que nem sempre as relações sociais podem atender. A contraditoriedade nesta esfera é um dado sempre presente.

Ainda segundo Lukács, ao o desenvolvimento social atingir a etapa capitalista, esta contradição atingiu uma novo patamar. Pois, por um lado, a potencialização das forças produtivas (o que significa, em última análise, o aumento da capacidade produtiva dos indivíduos) e o enorme desenvolvimento daí decorrente, abriram a possibilidade de um desenvolvimento antes inimaginável da sociedade e dos indivíduos.

Por outro lado, contudo, a forma individualista, privada, de acumulação da riqueza, que caracteriza o capitalismo, faz com que estas possibilidades sejam apenas em parte ofertadas para as classes dominantes, mas negadas para os trabalhadores-- isto é, para a maior parte da população humana.

O que ocorre hoje em dia com a informatização e robotização das fábricas é um claro exemplo ao que Lukács se refere. A introdução de

robôs na produção significa, objetivamente, que os homens podem trabalhar menos e consumir as mesmas coisas ou ainda mais. O robô substitui a força-de-tabalho humana, e por isso deveria aumentar o tempo de lazer dos trabalhadores. Com uma máquina para produzir, porque não diminuir a jornada de trabalho de todo mundo, mantendo o mesmo salário, já que a mesma quantidade de riqueza está sendo produzida?

Todo aumento da capacidade produtiva dos homens deveria ter este significado: produzindo-se mais em menos tempo, deveria o trabalhador ter cada vez mais tempo livre.

Contudo, como sabemos, é justamente o inverso que ocorre. A riqueza produzida pelos trabalhadores é apropriada pelos capitalistas enquanto riqueza pessoal, privada; e o que interessa à burguesia é aumentar o lucro individual dos proprietários. Por isso, ao invés de a introdução dos robos reduzir a jornada de trabalho, gera desemprego em escala crescente, -- pois, mantendo a mesma produção, ou a aumentando, com menos salários, cresce a taxa de lucro do burguês.

Mas os resultados são ainda mais perversos. Pois, se o desenvolvimento da capacidade produtiva tem gerado, hoje em dia, desemprego ao invés de tempo livre, também é verdade que o trabalhador que ainda mantém seu emprego sofre a concorrência dos companheiros desempregados. Nesta situação de desemprego crescente, o poder da burguesia sobre cada operário aumenta ainda mais, e ela os faz trabalhar mais intensamente, num ritmo mais frenético, e por uma jornada maior, freqüentemente com redução real do salário.

Um outro exemplo pode ser encontrado na indústria bélica ou na

indústria farmacêutica. Produzir armamentos só interessa aos capitalistas, que obtêm muitos lucros com o desperdício de riqueza e de pessoas que é um guerra. Na indústria farmacêutica, se produz não o remédio necessário, mas aquele que dá lucro ao burguês.

As contradições entre a produção social da riqueza em uma escala crescente de produtividade e volume, e a apropriação privada desta mesma riqueza, podem ser encontrados por toda a parte. Segundo Lukács, estas contradições fazem parte da essência da sociedade burguesa.

1- democracia burguesa e o Estado burguês

Devido a esta sua essência antagônica e contraditória, assinala Lukács que a vida cotidiana no capitalismo é sempre a «luta de todos contra todos». Por um lado, porque apenas vivendo socialmente podem os indivíduos acumularem suas fortunas (ou suas misérias no caso dos trabalhadores). Por outro lado, porque esta vida social é fragmentada pelos interesses inconciliáveis de cada indivíduo em particular: cada um quer se enriquecer e, para isso, deve tirar proveito do outro, deve explorar o trabalho alheio.

Já vimos que todas as relações humanas são convertidas em instrumentos desta luta pela acumulação privada de capital. Os homens têm no capital seu espelho, e se constroem cotidianamente enquanto sua imagem. As necessidades que impulsionam as prévias ideações não são mais necessidades humanas, mas as necessidades que brotam da dinâmica reprodutiva do capital. De modo obrigatório, necessário, o capital predomina sobre as necessidades verdadeiramente humanas, fazendo com que

a reprodução social dos indivíduos e da totalidade social esteja a serviço dos interesses particulares da burguesia.

Esta essência da sociedade capitalista faz com que a vida cotidiana seja marcada pela disputa entre os indivíduos, e não pela cooperação. E, para que esta disputa não degenerem em guerra civil, o que significaria desorganizar a produção e interromper a acumulação capitalista, é necessário que ela seja organizada de forma aceitável à reprodução capitalista.

Uma das formas decisivas de organização desta disputa segundo as necessidades do capitalismo é a democracia burguesa.

A democracia, no sentido moderno do termo, é uma criação burguesa. Antes do capitalismo, não havia democracia¹⁰.

A democracia é a forma política mais desenvolvida de uma sociedade movida pela acumulação privada de capital, pelo individualismo burguês. Ela se caracteriza pela concepção de que todos os homens são iguais e que, portanto, as leis não devem proteger um indivíduo na sua disputa com o outro. Assim, para a ordem política burguesa, o capitalista e o operário são absolutamente iguais. Mas como, na vida social, o burguês é muito mais poderoso que o operário, esta igualdade política deixa a burguesia livre para explorar os trabalhadores. A igualdade política afirmada pela democracia significa, de fato, a máxima liberdade para o capital explorar a força-de-trabalho. Dizem os conservadores, defensores

¹⁰Na Grécia antiga, onde surgiu a palavra democracia, ela possuía um significado muito distinto da que possui hoje. Só para se ter uma idéia, para os gregos, escravidão e democracia não eram incompatíveis, pelo contrário, a primeira era considerada necessária para a existência da segunda.

do capitalismo, que a lei não deve dar privilégios à ninguém, deve tratar todos da mesma forma. Contudo, ao assim o fazer, a lei garante não a igualdade entre os homens, mas sim a reprodução das desigualdades sociais. Para Lukács, onde todos são politicamente iguais, mas socialmente divididos entre burgueses e proletários, a igualdade política nada mais é que a afirmação social, real, das desigualdades sociais.

Em outras palavras, a democracia é uma forma de organização social que, afirmando a igualdade política de todos, na verdade auxilia na reprodução das desigualdades entre a burguesia e os trabalhadores. Por ser, portanto, essencialmente um instrumento de reprodução da ordem capitalista, a democracia é sempre democracia burguesa. Ou seja, é uma forma de organização política que garante a liberdade para o capital explorar a força-de-trabalho, que mantém a apropriação privada da riqueza produzida socialmente.

A democracia, portanto, por mais aperfeiçoada e «livre» que seja, jamais deixará de ser uma prisão para os trabalhadores. Pode ser uma prisão mais ou menos confortável, mas jamais deixará de ser a forma política por excelência de submissão da sociedade às necessidades de reprodução do capitalismo.

O Estadocapitalista, cuja expressão política mais acabada é a democracia burguesa, para Lukács nada mais é o que todo Estado sempre foi: um instrumento especial de repressão a serviço das classes dominantes. O que torna o Estado burguês diferente do Estado escravista,

ou mesmo do feudal¹¹, é que ele mantém e reproduz a desigualdade social afirmando a igualdade política e jurídica entre os indivíduos. Ele reproduz a desigualdade entre o burguês e o operário iludindo o trabalhador que, pelo voto e pela eleição dos governantes, é a maioria da população que dirige o país.

Em outras palavras, sempre segundo Lukács, o Estado capitalista afirma a igualdade formal, política e jurídica, com o objetivo real e velado de manter a dominação da burguesia sobre os trabalhadores. A igualdade burguesa, tal como a democracia burguesa, nada mais é que a máxima liberdade do capital para explorar os trabalhadores. E o Estado burguês, por mais democrático que seja, será sempre um instrumento especial de repressão contra os trabalhadores.

Por isso, todas as vezes que os conflitos ameaçarem a burguesia, o Estado intervirá para garantir o poder dos capitalistas sobre os trabalhadores. Muitas vezes, inclusive, abolindo a própria democracia burguesa. É por isso, Lukács diz que Marx tem toda razão quando afirma que a democracia burguesa apenas funciona democraticamente quando assim interessa à classe dominante. Quando for do interesse dos capitalistas suspender a ordem democrática para melhor reprimir os trabalhadores, assim será feito.

Resumo do capítulo:

¹¹- No feudalismo tivemos uma forma difusa de poder político e de Estado, o que leva a alguns historiadores a negarem a existência de Estado feudal, na acepção completa do termo. Mas não entraremos aqui nesta discussão.

I) A contradição essencial do capitalismo está na produção social da riqueza por ele realizada, produção social esta que se torna cada vez mais produtiva com a introdução cotidiana de novas técnicas e novas relações de produção, e a apropriação privada desta mesma riqueza.

Ou seja, a produção capitalista apenas é possível se for realizada *em sociedade*, mas a sua acumulação só é possível se for realizada *privadamente*.

II) Esta contradição faz com que as relações sociais capitalistas sejam essencialmente conflituosas: é a luta de todos contra todos pela riqueza. Para evitar que estes conflitos degenerem em guerra civil, impedindo a própria reprodução do capital, surgiu a democracia burguesa e o Estado burguês.

III) A democracia burguesa é a forma de organização política dos conflitos sociais do capitalismo. Sua «artimanha» é afirmar serem todos iguais (na política e no direito) para deixar que a desigualdade real entre o burguês e o trabalhador se reproduza sem qualquer barreira. O Estado burguês, por sua vez, é o comitê executivo da burguesia na manutenção da ordem capitalista. Quando for mais fácil à burguesia dominar o trabalhadores através da ilusão da igualdade democrática entre todos, o Estado assumirá a forma democrática. Mas quando a luta dos explorados tornar mais difícil a manutenção do capitalismo, então o Estado muitas vezes abandona o seu disfarce democrático e assume completamente a sua real face de repressor à favor das classes dominantes.

Cap XIII - Os fundamentos sociais da alienação

O estudo da reprodução social nos possibilita compreender o essencial da categoria da alienação no pensamento de Lukács.¹² Relembremos a questão que, no Capítulo I, formulamos nestes termos: «se os homens são os demiurgos de sua própria história, por que construíram um mundo tão desumano? Se a história é feita pelos homens, por que eles não têm sido capazes de construir uma sociedade verdadeiramente humana?»

Vimos que a resposta conservadora à esta questão na maior parte das vezes afirma que há uma natureza humana, uma essência humana, que não pode ser alterada pela história, a qual faz do homem sempre o inimigo do homem. Como os indivíduos seriam, pela sua essência, pela sua natureza, individualistas burgueses -- ou, em outras palavras, como o individualismo burguês seria expressão da essência mais profunda dos homens -- a vida social jamais poderia deixar de ser a luta dos homens entre si, em busca da acumulação da riqueza, sob a forma da propriedade privada capitalista. Por esta razão, dizem os conservadores, não há superação possível da ordem capitalista: ela corresponderia à natureza

¹²No Brasil, os estudiosos de Marx e Lukács ainda não conseguiram padronizar a linguagem. Isto é particularmente confuso em se tratando dos fenômenos da alienação. Para se referir a estes fenômenos, tanto Marx como Lukács utilizaram o termo alemão *Entfremdung*. Alguns autores brasileiros, como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, preferem traduzir esta palavra alemã por alienação, como faremos neste texto. Contudo, outros autores como Ricardo Antunes, por exemplo, preferem traduzí-lo por estranhamento. Em ambas as opções há vantagens e desvantagens que não valeria a pena discutir aqui. Assim, ao o leitor encontrar a palavra alienação em traduções de Marx ou Lukács, ou em textos de seus comentaristas, deve estar atento à esta questão.

mesquinha e egoísta dos indivíduos.

A resposta revolucionária à esta questão tem um sentido completamente diverso: ela nega que haja uma natureza humana que não seja construída pelos homens ao longo da história. Se os homens são, hoje, individualistas burgueses, isto é o resultado de um longo processo histórico através do qual, com o capitalismo, surgiu uma relação entre o indivíduo e a sociedade qualitativamente distinta de tudo o que ocorrera antes. Como vimos no Capítulo XII, o predomínio da dimensão social na vida pessoal, característica do feudalismo e do escravismo, é substituído, com o capitalismo, pelo predomínio dos interesses dos proprietários privados burgueses sobre os interesses coletivos. Só então é que se constituiu a natureza burguesa, mesquinha e egoísta dos homens. Esta natureza, portanto, assim como o capitalismo, foi construída pelos homens ao longo da história. E, se foram construídos pelos homens, certamente podem ser por eles destruídos.

A resposta conservadora pode, agora, ser criticada em toda a sua dimensão. Segundo Lukács, ela nada mais é que uma tentativa de justificar o individualismo burguês transformando-o em imutável essência humana. Para justificar o egoísmo e a desumanidade das relações sociais capitalistas, os conservadores afirmam que esta é a única sociedade possível, pois expressão de uma natureza humana que não poderia ser alterada pela história.

A «artimanha» da argumentação conservadora se resume em pretender ser universal à todos os homens, em todas as épocas históricas, o individualismo que, de fato, apenas se faz presente com o capitalismo.

Há, no argumento dos conservadores, sempre segundo Lukács, dois equívocos fundamentais. Primeiro, a argumentação conservadora corresponde a uma falsificação da história: o individualismo burguês marca *apenas* um período da história humana; não é, portanto, uma essência imutável dos homens. Os homens já foram, e possivelmente serão, diferentes do individualismo burguês. O segundo equívoco é pretender ser universal (isto é, pertencente à toda história, à todos os seres humanos) o que de fato é apenas particular: a mesquinha existência que o capitalismo possibilita aos homens não é o destino universal da humanidade, mas apenas a medíocre vida social possível, plena de misérias de todos os tipos, enquanto os homens forem dominados pelo capital.

A questão a ser respondida, portanto, é a seguinte: os homens fazem a história e foram eles que criaram o capital. Como, então, é possível que eles sejam dominados pelo capital que eles próprios criaram? Como é possível que o objeto construído possa dominar o seu criador? Ou, em termos filosóficos, como é possível que, ao objetivar uma prévia ideação, o objetivado possa dominar o sujeito da objetivação? A resposta de Lukács a esta questão é: através dos processos de alienação. Vamos, pois, a eles.

1- A alienação

Recordemos que, nos Capítulos III a V, vimos como, segundo Lukács, todo ato humano é a objetivação de uma prévia ideação, e origina uma nova situação, tanto em termos objetivos (a construção de uma nova situação concreta) como em termos subjetivos (a produção de novos conhecimentos e a

aquisição de novas habilidades). Vimos, também, que a nova realidade produzida pelos atos humanos, ainda que tivesse na sua origem uma prévia ideação (a qual é, sempre, uma resposta a uma situação social concreta, historicamente determinada), é pura causalidade. Ou seja, a nova realidade produzida pela objetivação da prévia ideação possui uma existência objetiva que independe da consciência; o desenvolvimento da realidade material, mesmo aquela criada pelos homens, se desenvolve de acordo com as causas que atuam no seu interior -- independente dos desejos, necessidades e vontades da consciência.

O fato de a realidade material possuir uma dimensão objetiva que a distingue ontologicamente (isto é, no plano do ser) da consciência, permite que todo ato humano possua aquele «período de conseqüências» que tratamos no Capítulo VII. Em poucas palavras, como o objeto criado é distinto do indivíduo que o construiu, o objeto possui uma história própria distinta da história de quem o criou, e por isso pode ter conseqüências sobre a história da sociedade (e do indivíduo que o construiu) muito diferentes daquelas previstas. Estas conseqüências são ainda mais distintas dos objetivos do indivíduo que construiu o objeto se nos reportamos a um período de tempo bastante longo, digamos alguns séculos.

Um exemplo: o homem que, na pré-história, descobriu o machado, apenas sabia que estava construindo uma ferramenta para exercer determinada atividade. Contudo, a descoberta do machado é a primeira aplicação humana do princípio da alavanca. Descobrir e ser capaz de dominar este princípio é decisivo para que se possa construir máquinas e,

muito depois, realizar a Revolução Industrial, a qual deu origem às fábricas modernas. Sem as fábricas modernas, por sua vez, não poderíamos ter chegado à Lua. Aquele homem primitivo que descobriu o machado jamais poderia ter a consciência do que de fato estava realizando, em termos históricos: dando um passo decisivo para as viagens interplanetárias. Contudo, o tempo revelou que era exatamente isto o que ele o estava fazendo.

Em outras palavras, o machado teve conseqüências para a história humana que a prévia ideação que está na sua origem jamais poderia prever. E um objeto construído a partir de uma prévia ideação pode ter conseqüências que a consciência não pode prever *justamente porque é um objeto distinto da consciência*; porque tal objeto pertence à esfera da causalidade, que possui nela própria, e não na consciência, as causas do seu desenvolvimento.

Estas conseqüências que não podem ser completamente previstas podem ser positivas, isto é, podem impulsionar o desenvolvimento humano. No exemplo acima, as viagens interplanetárias são uma conseqüência positiva da descoberta do machado. Mas podem, também, ser negativas. Isto é, ao longo do tempo, algumas objetivações podem se transformar em obstáculos sociais ao desenvolvimento humano. A alienação é justamente este processo social, histórico, através do qual a humanidade termina por construir obstáculos ao seu próprio desenvolvimento. E tais obstáculos nada mais são que a desumanidade de relações sociais produzidas pelos próprios seres humanos.

Veremos as conseqüências históricas da alienação no próximo

capítulo.

Resumo do Capítulo:

I) Se os homens são os demiurgos de sua própria história, porque a fazem de modo tão desumana?

1) Os conservadores respondem: porque a natureza humana é mesquinha e ruim. Na verdade, eles consideram a essência do burguês como a essência de todos os homens, o que é uma enorme falsificação da história.

2) Os revolucionários respondem: porque, ao longo da história, os atos humanos tem conseqüências que não podem ser completamente previstas e controladas. Por isso, alguns atos humanos terminam por dificultar, ao invés de impulsionarem o desenvolvimento humano. Os processos históricos pelos quais a humanidade cria relações sociais que, com o tempo, se transformam em obstáculos socialmente construídos ao desenvolvimento humano, são os processos de alienação.

Cap XIV - Alienação e Capital

Os processos de alienação são muito numerosos na história humana e, segundo Lukács, se manifestam nas mais diferentes esferas da praxis social. Há processos de alienação que incidem diretamente na esfera da subjetividade individual e outros que possuem um caráter mais amplo, envolvendo a sociedade como um todo.

Ainda que muito variados e numerosos, todos eles possuem em comum o fato de serem sempre expressões da desumanidade social e historicamente criada pelos homens.

Vejamos o exemplo do dinheiro, uma relação social que se desenvolveu em capital e que é hoje a alienação predominante.

O dinheiro surgiu, na passagem da sociedade primitiva às sociedades asiáticas e ao escravismo, para facilitar a troca entre os homens. Naquele momento histórico, o excedente da produção era trocado, e a produção visava prioritariamente a produção de objetos de consumo (de valores de uso) do próprio produtor.

Com o desenvolvimento do comércio e da propriedade privada, esta relação se inverteu. As necessidades comerciais se impõem sobre a produção, sobre a vida dos produtores, e a produção deixa de ser voltada às necessidades de quem produz, para atender às necessidades da acumulação de riqueza que se faz pelo comércio.

Este processo introduz novas diferenciações entre os homens, antes inexistentes. Por exemplo, surgem as classes sociais e, com elas, as contradições sociais antagônicas, inconciliáveis. Do mesmo modo, se impõe sobre a sociedade uma divisão do trabalho cada vez mais intensa, fazendo com que as relações mercantis (isto é, o desenvolvimento do comércio, a abertura de novos mercados, a variação do preço dos produtos, a oferta e a procura das mercadorias, etc.) tenham um peso cada vez maior sobre a vida das pessoas.

Já neste momento é possível se perceber como as relações mercantis assumem uma enorme autonomia, e uma não menor força, na determinação do

destino dos indivíduos. A abertura de uma nova rota comercial, por exemplo, pode levar à riqueza milhares de pessoas, e empobrecer outras tantas que sequer participaram das atividades que abriram o novo mercado.

Com o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo, esta situação se agravou ainda mais. A essência da nova situação histórica é a acumulação privada de capital, e isto apenas é possível se os homens viverem em sociedade, e se esta sociedade se submeter às exigências do processo global de acumulação de capital. O capital, portanto, passa a ser o referencial decisivo de todas as esferas de ação dos homens. No plano individual, uma vida de sucesso é, na maior parte das vezes, a vida de alguém que acumulou riqueza. Ser bem sucedido é quase sinônimo de ter se tornado rico. No plano social, os homens são reduzidos à força-de-trabalho, que nada mais é que uma mercadoria como outra qualquer.

O capital assume, na sociedade capitalista, a direção da vida dos homens: eles agem e pensam em larga medida segundo as necessidades do processo global de acumulação de capital, sempre na esperança de, assim o fazendo, amealharem a sua riqueza pessoal.

O capital, portanto, é uma relação social criada pelos homens e que, após desenvolvida, passa a dominar toda a sociedade. A sociedade se torna uma sociedade capitalista. E, na exata medida em que, sendo capitalista, coloca as necessidades humanas abaixo das necessidades de acumulação do capital, é uma sociedade alienada. Em resumo, a submissão do ser humano ao capital é um exemplo típico dos fenômenos que Lukács denomina de alienação.

1- A essência das alienações geradas pelo capital

As alienações que brotam da submissão do ser humano ao capital são muito variadas. A necessidade de consumo que gera prestígio, e não de consumo para atender reais necessidades, como ocorre com a moda, por exemplo, é um deles. Consumir para demonstrar *status social* é uma das formas mais freqüentes de alienação contemporânea.

Contudo, há uma esfera das alienações capitalistas que os revolucionários devem prestar muita atenção, pois possui enormes conseqüências políticas.

Relembremos que, para Lukács, o Estado é um organismo especial de repressão à favor das classes dominantes. Para controlar a revolta dos explorados, sempre muito mais numerosos que os exploradores, estes montaram um Estado para auxiliá-los política e militarmente.

Com o surgimento da sociedade burguesa, este papel do Estado já não é mais tão evidente na vida cotidiana como o era anteriormente. E isto porque, na sociedade capitalista, a exploração do trabalho assume uma nova forma.

Com o desenvolvimento do mercado, e com a submissão cada vez maior da vida dos indivíduos à evolução das relações mercantis, o próprio trabalho humano termina por se converter em mercadoria. Na sociedade capitalista, o valor de uma mercadoria corresponde ao custo de sua produção. Qual o custo da produção de um operário ou de um bóia-fria? Eles não necessitam serem instruídos, nem precisam de excelente saúde. Podem, por isso, ser mal alimentados e viver em casebres, com uma péssima assistência médica; seus filhos não necessitam de escolas, muito menos de

uma boa educação. Além disso, eles podem começar a trabalhar bastante cedo, ainda crianças. Quando velhos, podem ser abandonados à própria sorte, pois já não mais possuem nenhuma serventia para o patrão. Por isso o custo da força de trabalho é muito baixo e o seu valor -- o salário -- está sempre muito abaixo das verdadeiras necessidades do trabalhador enquanto um ser humano. O salário expressa quanto custa ao sistema capitalista produzir o operário e o bóia-fria -- e por isso não expressa as necessidades verdadeiras, as reais necessidades humanas, que possui o ser humano que está exercendo a função social de operário ou de bóia-fria.

Mas, vejam bem, o que o salário expressa é real: segundo as leis de mercado (sempre leis capitalistas, em nossos dias) o valor da força-de-trabalho é exatamente o salário recebido pelo trabalhador. O trabalhador, na sociedade burguesa, vale o que recebe: não há aí qualquer roubo por parte do capitalista. A relação patrão-empregado é absolutamente honesta neste sentido: o patrão paga o que ele compra, da mesma forma que o trabalhador paga as mercadorias que compra. E quem estabelece os preços das mercadorias, inclusive da mercadoria força-de-trabalho, são as famosas «leis de mercado», e não o patrão que contrata o trabalhador.

A essência da alienação do sistema capitalista não está nos baixos salários que ele paga. Segundo Lukács, está no fato de existir salário.

A essência da alienação da sociedade capitalista é que ela trata como mercadoria o que é humano, e como mercadoria é coisa e não é gente, a desumanidade deste tratamento não poderia ser maior. O que importa é o lucro dos capitalistas privados. Se, para isso, a fome deve ser mantida

apesar de se poder produzir alimentos para todos; se a ignorância deve ser mantida, apesar de se poder erradicá-la; se muitos devem ficar sem casas e sem assistência médica apesar de se possuir os meios para abolir estes sofrimentos; se para acumular o capital é necessário conduzir a humanidade à beira de uma catástrofe nuclear, produzindo reatores nucleares e bombas atômicas, ou então destruir a natureza e romper o equilíbrio ecológico, tudo isto será feito em nome do capital e em detrimento das necessidades humanas.

Neste contexto, as tensões sociais se tornam cada dia mais graves. Fome, miséria, desemprego se tornam ainda mais insuportáveis à medida que sabemos que a humanidade dispõe dos recursos necessários para eliminar todas estas desumanidades, para emancipar-se destas alienações.

Contudo, a sociedade burguesa conta com um enorme trunfo para manter esta situação. O fato de o trabalhador receber sob a forma de salário o que de fato vale sua força-de-trabalho enquanto mercadoria, o fato de que este valor é estabelecido pelo mercado como um todo, e não por cada patrão em relação a cada operário, faz com que as relações patrão/empregado não se caracterizem por um roubo. O trabalhador sabe que, para o sistema capitalista, o seu valor é aquele expresso no seu contra-cheque, e que em outro emprego ele receberia mais ou menos a mesma coisa.

Esta situação social geral a ilusão, no trabalhador, de que ele compartilha de um destino comum com o capitalista. O crescimento da economia e o negócio do burguês parecem coincidir com os interesses do trabalhador. O trabalhador, iludido, acredita que se crescer a economia,

e se o lucro do patrão aumentar, o salário vai melhorar e os empregos serão mais numerosos. Isto não passa de ilusão, pois na verdade o lucro do burguês sempre aumenta e o salário permanece sendo o que sempre foi: o valor da produção da força-de-trabalho enquanto uma mercadoria, e não enquanto expressão produtiva de um indivíduo humano. Mesmo quando a produção aumenta, se o burguês puder empregar tecnologia mais avançada e reduzir o número de trabalhadores, ele assim o fará; de tal modo que o desemprego é, muitas vezes, acompanhado não de crise econômica, mas por expansão da produção.

Esta ilusão de que capitalista e trabalhadores compartilham de um destino comum, sempre segundo Lukács, possui forte influência nas lutas políticas. Pois é o fundamento da ilusão de que o Estado e o Direito são instituições sociais que representam os interesses de toda a sociedade. E, como na verdade são instituições que expressam os interesses históricos das classes dominantes, os trabalhadores iludidos se propõem - agora já podemos utilizar termos filosóficos precisos -- a objetivar uma prévia ideação impossível: construir um Estado e um Direito «verdadeiramente democráticos», que representem os interesses da sociedade «no seu conjunto».

Como já vimos, contudo, toda prévia ideação que não leva em consideração o que a realidade de fato é, não poderá conduzir a uma objetivação bem sucedida. Neste nosso caso, desconhecer que a sociedade «em seu conjunto» não existe se ela for uma sociedade de classes, fragmentada por interesses antagônicos -- e que o Estado e o Direito estão a serviço das classes dominantes --, tem levado os trabalhadores a

se iludirem com propostas políticas irrealizáveis, que buscam eliminar o caráter de classe do Estado e do Direito. O Estado e o Direito, independente da forma que assumam ao longo da história, são essencialmente instrumentos especiais de repressão à serviço das classes dominantes. Qualquer proposta que ignore estes fatos, segundo Lukács, auxilia a manutenção do capitalismo.

Esta ilusão de que burgueses e operários compartilham do mesmo destino é o fundamento de todas as propostas conservadoras que, abrindo mão da luta pelo socialismo, buscam um capitalismo «mais humano». Nos dias em que vivemos, capitalismo e desumanidade são sinônimos, pois não pode haver qualquer humanidade em reduzir o ser humano à mera mercadoria. Tratar a força criativa e produtiva de um indivíduo como uma coisa a ser negociada no mercado, ignorando por completo que esta coisa é um ser humano: pode haver maior desumanidade?

E, por maior que seja o salário, pode ele deixar de ser a expressão em dinheiro desta desumana redução do indivíduo à mercadoria? Não há capitalismo humano possível, pela mesma razão que não há salário «justo» possível: tanto um como o outro, segundo Lukács, só podem existir pela submissão das necessidades humanas à acumulação de capital, só podem existir enquanto alienações produzidas pela sociedade submetida ao capital.

Aos capitalistas, contudo, é da maior importância alimentar esta ilusão nos trabalhadores e, por isso, todos os mecanismos são válidos. Nas escolas, ensinam os nossos filhos que existe um país chamado Brasil que pertence aos brasileiros, e que é nossa pátria. Como se o Brasil de

hoje não pertencesse, de fato, aos burgueses que dele fazem uso para seu enriquecimento privado. Nos meios de comunicação, o tempo todo tentam iludir os trabalhadores e desmoralizar os revolucionários, fazendo-os parecer bandidos e criminosos. Nas universidades, pagam a peso de ouro aqueles pesquisadores que «demonstram» que a melhor sociedade possível é a capitalista. Na política, realizam eleições para dar a impressão que todos os «cidadãos» dirigem o destino do país, como se entre estes cidadãos não houvesse o abismo que há entre os capitalistas e os trabalhadores. Afirmam o tempo todo que os governantes administram o país em nome de todos, e não em favor das classes dominantes. E querem fazer crer que as misérias dos trabalhadores são «desconfortos» passageiros e inevitáveis para o desenvolvimento da economia, que levará a todos ao paraíso -- como se o capitalismo pudesse existir sem reproduzir as misérias humanas, e como se as crises não fizessem parte da história do capitalismo.

São inúmeras as alienações que brotam da submissão dos homens ao capital. A essência de todas elas, segundo Lukács, está em tratar o ser humano enquanto mercadoria, desconsiderando por completo suas reais necessidades humanas. As necessidades que cotidianamente impulsionam as prévias ideações refletem não mais as necessidades reais dos homens, mas sim as necessidades da acumulação privada de capital, tanto no plano individual quanto no plano global da sociedade capitalista.

Estas alienações são essencialmente desumanas, segundo Lukács, e por isso não há reforma possível que possa superar este seu caráter de

obstáculo ao desenvolvimento humano. Esta superação apenas pode se dar com a emancipação do ser humano destas alienações.

Resumo do capítulo:

I) São muito numerosas as alienações provocadas pelo capitalismo: a essência de todas elas está na redução dos homens à mera mercadoria (força-de-trabalho). As necessidades humanas são subordinadas às necessidades da acumulação capitalista, o que significa dizer que os homens serão tratados enquanto mercadoria, isto é, enquanto coisas, e não como seres humanos. Com isto, a relação entre os homens na sociedade capitalista se torna essencialmente desumana; ao invés do desenvolvimento social levar ao atendimento cada vez mais adequado das necessidades humanas, termina por produzir desumanidades cada vez maiores.

II) Tal como toda alienação, o capital é uma relação social criada e desenvolvida pelos próprios homens. A forma que o desenvolvimento histórico assumiu a partir da crise do sistema feudal levou ao surgimento da propriedade privada burguesa e, através desta, ao desenvolvimento do capital enquanto uma relação social que engloba e subordina todas as outras relações entre os homens. Ao assim fazer, as necessidades que, como vimos, impulsionam as ações humanas, deixam de ser as necessidades humanas e são substituídas pelas necessidades geradas no processo de acumulação pessoal de riquezas. Com isto, a reprodução da totalidade social deixa de ser movida pelas reais necessidades humanas e se subordinada à reprodução ampliada do capital.

Cap XV - A revolução: ato de emancipação humana

Se os homens constroem a sua própria história, não menos verdadeiro é que eles a constroem nas circunstâncias históricas que encontram à sua frente. O passado é o patamar sempre presente a partir do qual os homens agem, tanto no plano da reprodução individual, quanto no plano da reprodução social global.

Por isso, não há ações humanas que não sejam historicamente condicionadas. Isto significa, também, que todas as ações humanas são desenvolvimentos de possibilidades inscritas na realidade histórica. Uma objetivação só pode ocorrer se ela for possível naquele momento histórico. O sonho de voar já estava presente na Antigüidade, mas para que esta possibilidade se tornasse real era necessário o desenvolvimento das forças produtivas em um tal grau que apenas neste século foi alcançado. Toda objetivação, para ter êxito, deve ser a efetivação das possibilidades historicamente possíveis.

A liberdade, portanto, segundo Lukács, não é agir sem qualquer constrangimento exterior, como querem muitos idealistas, mas sim agir com conhecimento de causa para ser capaz de se atingir os objetivos almejados em cada momento histórico. O conhecimento adequado da realidade é indispensável para a escolha de objetivos que atendam às necessidades humanas no contexto de cada momento histórico. Por isso, conhecimento do que é a realidade e liberdade são duas coisas que andam sempre juntas.

Contudo, o verdadeiro problema que emerge desta colocação de

Lukács é o seguinte: como é possível saber com certeza o que é «historicamente possível»? Por mais que conheçamos a realidade, sabemos que jamais poderemos conhecê-la de modo absoluto (Cf. Capítulo), e portanto jamais poderemos ter certeza absoluta de todas as possibilidades nela inscritas.

Por mais que conheçamos a realidade e julguemos possível, digamos, uma revolução, jamais poderemos ter certeza que ela de fato ocorrerá e será bem sucedida. Isto porque, para toda situação histórica, existem sempre várias alternativas igualmente possíveis (certamente uma pode ser mais humana que as outras, mas isto agora não vem ao caso), e nós jamais poderemos ter plena certeza de qual alternativa será a escolhida pelos indivíduos em escala social.

Na sociedade burguesa contemporânea, esta situação torna-se ainda mais complicada, pois o predomínio das necessidades do capital sobre as necessidades humanas faz com que, no dia a dia, as pessoas apenas percebam como possibilidades as necessidades que refletem o processo de acumulação do capital. As possibilidades geradas pelo desenvolvimento das forças produtivas para o atendimento das verdadeiras necessidades humanas são ignoradas pelas pessoas, que apenas conseguem enxergar como possível a reprodução da sociedade burguesa enquanto tal.

É por isso que as pessoas são, na sua enorme maioria, conservadoras. Elas pensam que o capitalismo é eterno, pois não percebem as possibilidades históricas de superá-lo e de se construir uma sociedade emancipada. E isto ocorre porque, no dia a dia, a vida das pessoas determina as suas consciências.

Como então, determinar o que é «historicamente possível»? Nos dias de hoje, segundo Lukács, antes de mais nada realizando uma crítica a mais completa e radical (no sentido de ir à raiz) da sociedade burguesa e das alienações capitalistas, de modo a abrir caminho para o conhecimento da realidade tal como ela é. Com base neste conhecimento, é possível determinarmos as tendências históricas predominantes e, então, determinar as reais necessidades e possibilidades históricas.

Contudo, argumenta Lukács, a determinação destas possibilidades não significa que elas de fato ocorrerão. Não é possível, aqui, qualquer certeza absoluta; pois a humanidade pode decidir agir de um outro modo. As possibilidades históricas são *possibilidades* que serão ou não objetivadas no futuro dependendo das decisões tomadas pelos indivíduos em escala social.

Assim, por exemplo, no capitalismo de nossos dias, o desenvolvimento das forças produtivas leva ao desenvolvimento de desumanidades cada vez mais brutais. As misérias tendem a aumentar para todos os lados à medida em que se desenvolvem as forças produtivas.

Isto é, historicamente, e não apenas para Lukács, um óbvio contrassenso: o desenvolvimento das forças produtivas não poderia levar ao crescimento da miséria; muito pelo contrário, deveria conduzir ao crescimento do bem estar e da riqueza. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas acresce as possibilidades de uma sociedade mais humana e, ao mesmo tempo, aumenta a miséria dos homens. Esta contradição (crescimento das possibilidades de uma sociedade emancipada e ao mesmo tempo aumento da miséria) torna a revolução socialista não apenas uma

necessidade cada vez maior, mas também uma possibilidade cada vez mais efetiva. Mas nada garante, segundo Lukács, que esta possibilidade seja algo obrigatório para a história: tudo dependerá das decisões que os indivíduos, em escala social, tomarem sobre as suas vidas e os seus futuros.

Por isso a revolução socialista, sempre segundo Lukács, não é uma realização necessária e inevitável do desenvolvimento histórico (como tanto afirmou o «marxismo vulgar» e o stalinismo). Mas sim um ato de afirmação do ser humano emancipado e livre. Emancipado porque estará se livrando das alienações capitalistas, e livre porque objetivou uma finalidade essencialmente humana e, ao mesmo tempo, possível no quadro histórico concreto.

A revolução socialista e o comunismo, para Lukács, significaria, hoje em dia, os homens assumirem conscientemente e com toda radicalidade o fato de serem eles os demiurgos da sua própria história. Se os homens fazem a história, não há razões para continuar a fazê-la sob o domínio do capital e de suas alienações, não há razões que justifiquem a produção crescente de desumanidades. Mas, para isso, é imprescindível que os homens voltem a colocar as reais necessidades humanas como objetivo de suas ações, abandonando por completo e radicalmente o referencial capitalista.

O próprio ato da revolução socialista, portanto, é qualitativamente distinto dos atos humanos cotidianos na sociedade capitalista. Enquanto estes representam, na enorme maioria das vezes, a submissão dos homens ao capital, a revolução é a afirmação da humanidade sobre as desumanidades

produzidas pelo capitalismo. Enquanto tal, segundo Lukács, a revolução socialista não poderá deixar de ser (sob pena de não ser socialista) um ato livre e emancipado da humanidade.

Como afirmamos no início do livro, nós trataríamos dos fundamentos filosóficos da revolução, deixando em segundo plano seus aspectos imediatamente políticos. Contudo, para evitarmos mal entendidos de toda espécie, é necessário assinalar aqui que, sempre segundo Lukács, o fato de a revolução socialista ser um ato emancipado e livre da humanidade não significa que ela deixe de ser um processo social e político de luta de classes. Pelo contrário. Argumenta Lukács que a forma historicamente possível da revolução socialista é a vitória dos operários da cidade e do campo, dos trabalhadores de um modo em geral, contra as desumanidades produzidas pelas classes dominantes capitalistas. Este ato livre e emancipado da humanidade possui como sua forma historicamente concreta a vitória dos revolucionários sobre os conservadores, a vitória dos trabalhadores sobre as classes dominantes capitalistas, a vitória do trabalho sobre o capital. E estas vitórias possuem necessariamente uma dimensão política e de luta de classes. Contudo, estas dimensões são apenas mencionadas por Lukács pois, como vimos, não era este seu objeto imediato de investigação ao redigir a *Ontologia do Ser Social*.

Por compreender deste modo o capitalismo é que Lukács é um áspero crítico de todas as tentativas de reformar o capitalismo. Para ele, enquanto este existir, as necessidades humanas serão sempre e

permanentemente colocadas abaixo das necessidades da acumulação de capital, e as desumanidades serão sempre e permanentemente a essência da relação entre os homens. Não há reforma capaz de tornar o capitalismo «humano», já que ele é essencialmente desumano. Durante toda a sua vida Lukács criticou duramente não apenas a social-democracia, como todas as vertentes reformistas, afirmando que elas nada mais seriam, em última análise, que aliados do capitalismo contra os trabalhadores.

Resumo do capítulo:

I) A liberdade é agir com conhecimento da situação, para poder escolher as alternativas melhores e possíveis. Para tanto, nos dias de hoje, é indispensável a crítica de todas as alienações que brotam do capitalismo, e que geram a ilusão de que o sistema capitalista é eterno.

II) A revolução socialista não é o desdobramento inevitável e necessário do desenvolvimento do capitalismo, como queriam alguns sociais-democratas e os stalinistas. Mas sim o ato livre e emancipado da humanidade que, consciente e radicalmente, decide superar as alienações capitalista e colocar as necessidades humanas como essência das relações sociais.

III) Justamente por isso, não há alternativa intermediária entre o capitalismo e a sociedade emancipada comunista. Não há capitalismo «humano» pois a essência da sociedade capitalista é a produção crescente de desumanidades. Lukács, em toda a sua vida, foi um duro crítico de todas as propostas reformistas, pois, segundo ele, não há como os homens humanizarem as relações sociais sem romperem com sua submissão ao capital, desumano na sua essência.

Conclusão

A tese central da ontologia de Lukács, com vimos, é que os homens são os demiurgos de sua própria história. As realizações e as misérias humanas são única e exclusivamente fruto das ações humanas. A responsabilidade pelo destino da humanidade está inteiramente na mão dos homens. Não há limite para o desenvolvimento humano senão aqueles construídos pelos próprios homens.

Esta tese central tem um único pressuposto, que é o mesmo pressuposto de Karl Marx: os homens, para se reproduzirem, têm que trabalhar. Pelo fato de trabalharem, como vimos, desencadeiam um constante desenvolvimento tanto da realidade material como do mundo subjetivo, dando origem a sociedades e a indivíduos cada vez mais complexos. A reprodução social é este processo pelo qual os atos singulares de trabalho se sintetizam em sociedades e em tendências históricas de desenvolvimento, dando origem às formas concretas que este desenvolvimento assumiu ao longo da história (período primitivo, modo de produção asiático, escravismo, feudalismo e capitalismo).

O desenvolvimento social nesta trajetória é inequívoco. Culpá-lo pelas misérias humanas não passa, segundo Lukács, de ultrapassado romantismo. Não é possível voltar atrás na história, desfazer o desenvolvimento já alcançado, nem teria qualquer sentido se propor a fazê-lo. O desenvolvimento das forças produtivas é a base objetiva de

possibilidades para que os homens possam trabalhar cada vez menos e aumentar seu tempo livre.

Por isso, para Lukács, a crítica radical ao capitalismo deve apontar para as suas verdadeiras mazelas, cujo nóculo está na redução do ser humano à mercadoria, a uma coisa. Ao fazê-lo, já vimos, o capitalismo evidencia sua essência alienada, e reproduz uma individualidade que não vai para além do individualismo burguês. Tanto a sociedade como os indivíduos encontram-se, por isso, limitados no seu desenvolvimento: a essência humana se reduziu à essência alienada do capital. Neste contexto, as necessidades humanas são subordinadas às necessidades da reprodução do capital-- e a lógica desumana da reprodução capitalista, tanto na sua dimensão global como na sua dimensão mais individual, torna-se a própria dinâmica da vida social. O desenvolvimento da sociedade, por isso, se converte na intensificação das alienações, das desumanidades socialmente produzidas.

Em outras palavras, para Lukács, a liberdade, na sociedade burguesa, não pode ter outro significado senão a liberdade do capital. Ao submeter a humanidade às alienações capitalistas a sociedade burguesa destrói qualquer possibilidade do livre desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que garante o atendimento das necessidades históricas da reprodução do capital. Esta é a razão que leva Lukács a afirmar que por mais aperfeiçoada que seja a democracia burguesa, por mais «livre» que ela seja, será sempre a forma política da submissão alienada da humanidade ao capital, dos trabalhadores aos burgueses e dos homens às mercadorias.

O reino da liberdade, Lukács utiliza este termo de Marx várias vezes, só pode vir com a superação do capital e da sociedade burguesa. Só por esta via será possível colocar em primeiro lugar o que sempre deveria ter ficado em primeiro plano: as necessidades humanas, tanto dos indivíduos como da sociedade como um todo. Ao libertar as necessidades verdadeiramente humanas das necessidades de reprodução do capital, tornar-se-á evidente o absurdo de se promover a miséria dos trabalhadores para se conseguir a estabilidade e o desenvolvimento econômico, tornar-se-á patente a barbaridade que significa produzir desemprego, fome e marginalização social para que o desenvolvimento das forças produtivas possa continuar. O reino da liberdade, segundo Lukács, nada mais é que o atendimento das verdadeiras e reais necessidades humanas, postos pelo desenvolvimento histórico-social.

Esta recuperação da proposta revolucionária de Marx é o que torna Lukács um filósofo tão especial para os nossos dias. Ele permite desfazer os equívocos tão freqüentes que retiram do pensamento de Marx sua essência revolucionária. Ele demonstra até que ponto, e em que medida, os fundamentos filosóficos de Marx são, na sua essência, a crítica mais radical, e a proposta superadora mais global, da sociedade alienada pelo capital. Ele renova e aprofunda, no campo da filosofia, a crítica radical à desumanidade do capitalismo que é a essência -- tantas vezes perdida neste século -- da tradição revolucionária do marxismo.

Lukács, contudo, jamais deixou de assinalar os limites da sua investigação: a discussão no plano filosófico, ainda que fundamental, não

é suficiente para constituir um projeto revolucionário (e, como vimos, sem prévia ideação não há ação humana possível). Entre a investigação dos pressupostos filosóficos revolucionários e a objetivação da emancipação humana, há inúmeros outros aspectos decisivos.

Entre eles, um dos mais importantes é a esfera da política, da luta de classes pelo poder. Na sociedade burguesa, a política é a esfera da atividade humana na qual se determina, quando o que está em jogo são aspectos essenciais da sociedade, qual será a alternativa objetivada dentre as possibilidades objetivas de desenvolvimento social. Por isso a revolução, o primeiro ato verdadeiramente emancipado dos homens, possui uma insuperável dimensão política. E, também por isso, uma investigação estritamente filosófica como a realizada por Lukács não pode ser suficiente, nem nunca o pretendeu ser, para a elaboração de um programa revolucionário.

Contudo, nos tempos de contra-revolução que marcaram estas últimas décadas, os fundamentos filosóficos de Marx foram de tal modo deturpados, velados e negados, que era necessário que alguém se propusesse a explicitá-los novamente, desenvolvendo-os onde possível, para que os revolucionários pudessem voltar a contar com a segurança dos fundamentos básicos. Tê-lo feito, e com a competência que o fez, é o mérito maior de Lukács.

Conceitos mais importantes

ser: tudo o que existe, tanto no seu conjunto como cada coisa em

particular. Uma mesa, uma cadeira é ser, assim como a humanidade ou o universo. As vezes utilizamos a palavra *ente* para distinguir alguma coisa singular do ser em geral.

dialética: o movimento evolutivo, com suas leis, do ser ou de um ente.

esfera ontológica: esfera de ser, o que significa uma das três diferentes formas de ser que conhecemos, a mineral, a biológica e a social. As três esferas são qualitativamente diferentes entre si (são *ontologicamente* diferentes, pois há uma distinção entre a forma de ser de cada uma delas), e as esferas superiores têm as inferiores como base indispensável para sua reprodução.

trabalho: processo de transformação da realidade conforme uma prévia-ideação. Ele possui dois momentos essenciais:

1.a.) prévia-ideação: o projeto idealizado na consciência, é sempre uma resposta à uma situação (necessidade) concreta.

1.b.) objetivação: o momento do trabalho no qual a ação humana transforma a idéia em algo material.

causalidade: tudo o que existe e que não é idéia (tanto a natureza como o que foi construídos pelos homens). Ela se caracteriza por ser um princípio de evolução que possui suas próprias causas. A pedra se transforma em areia, e a planta cresce, por suas próprias causas, sem qualquer ação da consciência. Nossos atos também se objetivam em entes materiais distintos da consciência e que, por isso, possuem suas leis próprias de desenvolvimento.

Estado: instrumento especial da classe dominante contra os

explorados, composto basicamente pelo Direito, pelo exército e pela burocracia.

Classes sociais: grupos sociais que se distinguem pelo local que ocupam na produção. Assim, nas sociedades escravistas, os trabalhadores eram escravos, e os que se apropriavam da riqueza por eles produzida sem trabalhar eram os senhores de escravos.

Moral e Ética : A Moral são regras de conduta social que tem por centro os indivíduos, e que articulam os valores morais do ponto estreito ponto de vista do indivíduo. A Ética é o conjunto de valores que expressam as efetivas necessidades humanas em cada momento histórico. Ela cumprem a função social de mostrar claramente a todos os indivíduos quais são as reais necessidades da humanidade enquanto um todo. Neste sentido, ao contrário da moral, a ética articula a existência dos indivíduos às autênticas necessidades coletivas, genéricas.

Alienação: processo social que, a partir de atos humanos que visam atender à necessidades concretas postas pelo desenvolvimento histórico, dá origem a relações sociais que, com o tempo, se convertem em obstáculos ao desenvolvimento posterior dos seres humanos, enquanto sociedade e enquanto indivíduos.

Bibliografia